

ATA DA CENTÉSIMA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 02-12-2024.

Aos dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoní Medina, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Gilson Padeiro, Giovani Culau e Coletivo, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pedro Ruas e Ramiro Rosário. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Airto Ferronato, Cláudia Araújo, Eng^o Comassetto, Fernanda Barth, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Marcelo Bernardi, Nelton Schmidt, Prof. Alex Fraga, Psicóloga Tanise Sabino, Roberto Robaina e Tiago Albrecht. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 363/24 (Processo nº 0709/24), de autoria de José Freitas; o Projeto de Resolução nº 074/24 (Processos nº 0680/24), de autoria da Mesa Diretora; e o Projeto de Resolução nº 079/24 (Processos nº 0728/24), de autoria de Ramiro Rosário. Também, foi apregoado o Ofício nº 3366/24, do Prefeito, encaminhando o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 019/24 (Processo nº 0751/24). Foi apregoado o Ofício nº 3304/24, do Prefeito, no dia vinte e nove de novembro do corrente ano, por meio do qual comunica que se ausentará do Município ao longo da próxima semana, para cumprir agendas em Brasília – DF, destinadas a acelerar a tramitação e a liberação de recursos provenientes de empréstimos nacionais e internacionais para a reconstrução de Porto Alegre (SEI nº 017.00166/2024-03). Foi apregoada Representação Externa de Cezar Augusto Schirmer, do dia dois ao dia cinco de dezembro do corrente ano, com o objetivo de acompanhar o Prefeito em reuniões com a Secretaria do Tesouro Nacional, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal (SEI nº 017.00166/2024-03). Foi informado que Jonas Reis se encontra em Licença para Tratar de Interesses Particulares do dia dois ao dia quatro de dezembro do corrente ano, cujo Requerimento foi aprovado durante a 116ª Sessão Ordinária, realizada no dia vinte e sete de novembro do corrente ano, tendo o Presidente declarado empossado na vereança, em substituição, pelo mesmo período, Nelton Schmidt, informando-lhe que integrará a Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude – CECE. Na oportunidade, foi apregoada declaração firmada por Jonas Reis, Líder da Bancada do PT, informando o impedimento dos suplentes Everton Gimenis, Paulo Adalberto Alves Ferreira, Baba Diba de Iyemonja, Bernardo Lucero de Carli, Alberto Terres, Maristela Maffei, Any Carmem de Avila Moraes, Pedro Leonardo da Luz Loss, Lídio Santos, Julio Cesar Riemenschneider de Quadros, Manoel Rocha da Rosa, Polaca Rocha, Ottmar Teske, Mirgon Kayser, Palmira Marques da Fontoura,

Hosana Maria Fonseca Piccardi, José Pedro Silva da Luz, Sady Jacques, Iyá Vera Soares, Beto Fagundes, Ton Falcão, Rafael Brum Ferreti, Vagner H, Carla Ribeiro e Jairo Menegaz em exercerem a vereança, em substituição, no período. Também, foi apregoada declaração firmada pela suplente Cris Medeiros, informando seu impedimento em exercer a vereança, em substituição, no período. Nelton Schmidt manifestou-se nos termos do Artigo 12, § 8º do Regimento. Em GRANDE EXPEDIENTE, pronunciaram-se Pedro Ruas e Mônica Leal. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Roberto Robaina, Engº Comassetto, Claudio Janta, Aldacir Oliboni e Fernanda Barth. Às quinze horas e quarenta e dois minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em Votação, foi apreciado o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 014/24 (Processo nº 0306/24), após ser encaminhado à votação por Lourdes Sprenger. Foi aprovada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 014/24. Foi aprovado o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 014/24. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Executivo nº 035/24 (Processo nº 0686/24), após ser discutido por Tiago Albrecht, Adeli Sell, Pedro Ruas, Karen Santos e Roberto Robaina. Foi apregoado Requerimento formulado por Idenir Cecchim, solicitando votação em destaque para a Emenda nº 604, aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 035/24. Os trabalhos foram suspensos das dezesseis horas e vinte e seis minutos às dezesseis horas e trinta e um minutos. Foi aprovada a Emenda nº 604 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 035/24, por quinze votos SIM e doze votos NÃO, em votação nominal solicitada por diversos vereadores, tendo votado Sim Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Biga Pereira, Engº Comassetto, Fernanda Barth, Giovani Culau e Coletivo, Jessé Sangalli, Karen Santos, Mari Pimentel, Nelton Schmidt, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Ramiro Rosário, Roberto Robaina e Tiago Albrecht e votado Não Airto Ferronato, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Gilson Padeiro, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger e Mônica Leal. Foi aprovado o Projeto de Lei do Executivo nº 035/24, bem como Emendas e Subemendas com parecer favorável da CEFOR, não destacadas, de maneira simbólica e, após, confirmada a aprovação por verificação de votação, por vinte e três votos SIM e dez votos NÃO, em votação nominal solicitada por Pedro Ruas, tendo votado Sim Airto Ferronato, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Marcelo Bernardi, Mari Pimentel, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht e votado Não Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Biga Pereira, Engº Comassetto, Giovani Culau e Coletivo, Karen Santos, Nelton Schmidt, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina. Às dezesseis horas e quarenta e seis minutos, foi encerrada a Ordem do Dia, devido à inexistência de quórum deliberativo constatada em verificação solicitada por Claudio Janta. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Tiago Albrecht, este em tempo cedido por Fernanda Barth, Jessé Sangalli e Comandante Nádia. Às dezessete horas e sete minutos, nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando

os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Mauro Pinheiro. Do que foi lavrada a presente ata que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo Presidente e pelo 1º secretário.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Boa tarde a todos.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo o Ofício nº 3.304/24, firmado pelo Sr. Sebastião Melo, prefeito municipal de Porto Alegre, no dia 29 de novembro de 2024, por meio do qual comunica que se ausentará do Município, ao longo desta semana, para cumprir agendas em Brasília/DF, destinadas a acelerar a tramitação e a liberação de recursos provenientes de empréstimos nacionais e internacionais para a reconstrução de Porto Alegre.

Apregoo representação externa do Ver. Cezar Augusto Schirmer, que acompanhará o prefeito municipal em reuniões com a Secretaria do Tesouro Nacional, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, no período de 2 a 5 de dezembro de 2024.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em razão da Licença para Tratar de Interesses Particulares do Ver. Jonas Reis no período de 2 a 4 de dezembro de 2024, e em razão da impossibilidade de os suplentes Everton Gimenis, Paulo Adalberto Alves Ferreira, Baba Diba de Iyemonja, Bernardo Lucero de Carli, Alberto Terres, Maristela Maffei, Any Carmem de Avila Moraes, Pedro Leonardo da Luz Loss, Lídio Santos, Julio Cesar Riemenschneider de Quadros, Manoel Rocha da Rosa, Polaca Rocha, Ottmar Teske, Mirgon Kayser, Palmira Marques da Fontoura, Hosana Maria Fonseca Piccardi, José Pedro Silva da Luz, Sady Jacques, Iyá Vera Soares, Beto Fagundes, Ton Falcão, Rafael Brum Ferreti, Vagner H, Carla Ribeiro, Jairo Menegaz e Cris Medeiros assumirem a vereança, o suplente Nelton Schmidt assumirá a vereança.

Informo que o suplente Nelton Schmidt já procedeu à entrega à Mesa de seu diploma, de sua declaração pública de bens e de seu nome parlamentar.

Solicito aos presentes que, em pé, ouçam o compromisso que o suplente Nelton Schmidt prestará a seguir.

SUPLENTE NELTON SCHMIDT (PT): “Prometo cumprir a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, defender a autonomia municipal, exercer com honra, lealdade e dedicação o mandato que me foi conferido pelo povo.” (Palmas.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Declaro empossado o Ver. Nelton Schmidt. O nome de V. Exa. já está aqui consignado, Nelton Schmidt, V. Exa. integrará a Comissão de Educação, Cultura, Esportes e Juventude – CECE.

O Ver. Nelton Schmidt está com a palavra, nos termos do art. 12 § 8º, do Regimento.

VEREADOR NELTON SCHMIDT (PT): Boa tarde, vereadoras e vereadores, da mesma forma, boa tarde a todos e todas que vieram acompanhar a sessão neste dia e aos que nos assistem à TVCâmara. Venho assumir como vereador, pelo Partido dos Trabalhadores, representando o Coletivo de Lutas Ecos. Nossa luta está contemplada no Estatuto da Cidade, firmado pela [Lei nº 10.257](#), de 10 de julho de 2001, regulamentando os art. nºs 182 e 183 da Constituição Federal, que estabeleceu normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem comum, da segurança, do bem-estar dos cidadãos e do equilíbrio ambiental (art. 1º, parágrafo único.).

Com igual vigor legal, temos no Município o Plano Diretor, exigido em todas as cidades com mais de 20 mil habitantes. O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental data de 1º de dezembro de 1999, instituído como [Lei Complementar nº 434](#). Com foco nessa ferramenta legal, é preciso restabelecer a cidade participativa, com justiça social e responsabilidade de preservar o ambiente natural. Por que preservar o meio ambiente? Muitos afirmam: o importante são as pessoas. Raquel Carson avisou: “O homem é parte da natureza, e a sua guerra contra a natureza é inevitavelmente uma guerra contra si mesmo.” Ambientalistas lutam incansável e permanentemente pela consciência ambiental, mas os avisos e alertas sobre a crise climática não foram considerados. Hoje, nossa realidade é a crise climática; SOS Porto Alegre, SOS Rio Grande do Sul. Nossa cidade, Porto Alegre, é importante no mapa geopolítico internacional, fomos modelo e referência mundial de boas práticas de qualidade de vida, via políticas públicas voltadas à preservação ambiental. Nos orgulha muito ter sido aqui em Porto Alegre, em 1976, a instalação da primeira Secretaria Municipal do Meio Ambiente do Brasil. A SMAM fez história, sempre na vanguarda: no ano de 2006, foi aprovado o Plano Diretor de Arborização Urbana, mais um projeto de referência mundial. Um milhão de árvores já foi nossa realidade em Porto Alegre. Temos um imenso patrimônio ambiental, natural e construído: Reserva do Lami; mais de 600 praças; parques, que são verdadeiros oásis de oxigênio, proporcionam alternativas que, para além de garantir qualidade de vida, oferecem locais de lazer, de atividades culturais esportivas e alternativas para a economia solidária, como o Brique da Redenção, que segue fazendo história aos domingos, há mais de 40 anos, ou a Feira Ecológica aos sábados, que luta pelo direito a alimentos livres de agrotóxicos, alimentos limpos para o povo. O Parque Farroupilha é a história de Porto Alegre. Preservar é a única alternativa, aliás, é a solução. Nossos parques eram exemplos de manejo técnico, pois abrigam a salvaguarda da nossa biodiversidade e salvam nossas vidas no meio de tanto concreto; as árvores cumprem a função de harmonizar o clima, além de ser casa para os nossos pássaros, como o sabiá-laranjeira, pássaro símbolo de Porto Alegre. Nossos parques estão abandonados ou na mira de empresários que visam lucrar com os espaços públicos. É preciso um novo pacto social para reconstruir nossa cidade com responsabilidade, qualidade, e sem privilégios. Sem harmonia ambiental, não há justiça social; portanto, urge que as motosserras sejam desligadas.

O desmonte e a venda das estruturas públicas de Porto Alegre, SMAMUS, DEP, Carris, está mostrando erros fatais. É urgente a reestruturação das instituições públicas para que possam cumprir suas missões com o atendimento pleno de seus propósitos. Porto

Alegre precisa de transporte coletivo de qualidade, mas vendeu a Carris, que foi inaugurada no ano de 1872. Quem prioriza o automóvel, o transporte particular, quebra a harmonia ambiental, pois atua para aumentar a crise social e a crise climática.

Legislar e fiscalizar é a missão da Câmara de Vereadores – eis o que a cidadania precisa. Precisamos mudar nossas atitudes para restabelecer a harmonia climática. Ninguém pode interferir na natureza sem que exija respeito, conhecimento e responsabilidade de repor, restaurar, replantar, revitalizar: plantar nativas é a solução. Mesmo impactados com tanto sofrimento, perdas e danos, não podemos perder a perspectiva de nossa responsabilidade, não podemos abandonar a luta. E a luta é política! Porto Alegre é o nosso lugar, mas nossas atitudes atuam globalmente, porque ferimos o ciclo de águas, o Pampa afundou, Porto Alegre afundou. Somos o que restou do naufrágio. Falhamos como guardiões do futuro. “Não” à privatização do DMAE, “sim” à reconstrução das instituições públicas; rigor nas leis de proteção ambiental já! Esta Casa existe porque lutamos pela democracia. Viva a democracia!

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo as proposições encaminhadas à Mesa que estão registradas no documento em anexo, o qual foi distribuído às Sras. Vereadoras e aos Srs. Vereadores por meio digital, nos grupos de comunicação por aplicativo de mensagens instantâneas integrados pelos parlamentares e por suas respectivas assessorias.

Vereadora Comandante Nádia (PL): Presidente, gostaria de solicitar que os assessores dos vereadores pudessem ter respeito com os vereadores que estão aqui. Eu lembro que o Ver. Janta falou da minha assessora, que teria desrespeitado V. Sa., e a Mesa Diretora tomou como providência um mês de suspensão para a minha assessora, que já digo que é uma pessoa muito respeitosa. Acabei de assistir, neste momento, a assessora da Ver.^a Biga, do PCdoB, chamar o Ver. Ramiro de cínico e levantar o dedo em riste.

(Manifestações nas galerias.)

Vereadora Comandante Nádia (PL): Se isso não é desrespeito, eu gostaria de saber com V. Exa. o que seria. E avisar que é impossível trabalhar com assessores que não têm respeito pelos vereadores eleitos, tampouco cuidam do seu vereador. Então, eu gostaria até, e acredito que o Ver. Ramiro vai mandar esse documento para a Mesa, que o mesmo...

(Manifestações nas galerias.)

Vereadora Comandante Nádia (PL): Que a mesma dosimetria seja utilizada pela Mesa Diretora para com essa assessora. Muito obrigada. (Vaias.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Está feito o registro. Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. Pedro Ruas está com a palavra em Grande Expediente.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Prezado Presidente Mauro Pinheiro, vereadoras, vereadores, público que nos dá a honra da presença aqui. Eu vou dar uma conferida aí, se estão todos os colegas de direção, o Assis, a Charão, está faltando gente, a Silvana, está faltando gente; eu vou cobrar depois. Meus cumprimentos aos municipais e municipais que estão aqui, mesmo que sem a direção completa, mas estão aqui, e ilustres telespectadores da TV Câmara. Há um dado, vereadores, vereadoras e servidores municipais, Joãozinho Ezequiel, veja só, veja só, o Sr. Jailson, que intermediou, fez toda essa negociação, que virou uma negociata na SMED, teve 31 bens bloqueados. O que me chama atenção não é que bloqueiem os bens do Sr. Jailson, isso já é um dado importante, claro, mas me chama atenção ele ter 31 imóveis, garagens, apartamentos; só apartamentos são 15, boxes, salas comerciais. E, há poucos anos, ele não tinha nada, pagava aluguel. Então, vejamos só, coincidentemente, o que a polícia apurou? A compra dos imóveis do Jailson ocorreu geralmente após as negociações com a SMED. Veja, Ver.^a Mari Pimentel, que tanto lutou, assim como Roberto Robaina também, lutaram muito nessa questão da SMED, mas lutaram mesmo, orgulharam a Câmara nesse sentido. Agora, na Zero Hora de hoje, eu já tinha visto nos jornais de sábado, na televisão e rádio, mas isso aqui é um escândalo absurdo. Denunciado e provado, nunca houve algo assim em Porto Alegre. Nós tivemos já o episódio em Porto Alegre da Sollus, da Reação, a corrupção não começou agora, evidentemente. Mas denunciado, provado e bloqueado nesse valor é a primeira vez, R\$ 43 milhões. O Sr. Jailson, que V. Exa. conheceu, uma pessoa simples até, pois agora é dono de um patrimônio de R\$ 43 milhões só em imóveis. Essa foi a resultante da sua relação com o governo Melo. O governo Melo, que não investe em educação, que tem problemas graves nessa área, pois Porto Alegre amarga índices muito baixos de aproveitamento na educação, mas, em compensação, conseguiu enriquecer – mas enriquecer, não é que deixou bem, não, enriqueceu uma das pessoas, ou outras tantas. Tem até uma secretária que foi presa. Com relação à educação do Município, isso é um acinte, quando lida com saúde, com educação, quando lida com esses temas que são sensíveis, com a infância. Ver. Alex Fraga, Ver.^a Karen Santos, eu estou relatando aqui o escândalo da fortuna penhorada do Sr. Jailson, os R\$ 43 milhões em imóveis; fora dinheiro vivo, aplicado ou escondido, dólar ou ouro. Ele ganhou fábulas, Mari Pimentel, querida vereadora, fábulas, e a nossa educação é o que se vê. Mas não é só para a educação. E as casas populares que não saíram?! O DEMHAB não construiu uma única casa em Porto Alegre. Uma única casa. Falta de recursos. É que o dinheiro estava com o Jailson, e ele não quis construir casa; ele quis comprar. Comprou várias, mas botou todas em nome dele e não botou nenhum pobre dentro. Então, o programa habitacional do Jailson não deu certo para os pobres, só para ele, mas deu muita residência, deu apartamentos, deu box, automóveis de

luxo, e o resto que não conseguiram achar, que é o dinheiro em dólar e em ouro. Isso é uma vergonha. Como é que se convive com isso? E hoje nós vamos votar o orçamento – e aqui peço atenção da nossa plateia –, nós vamos votar o orçamento de Porto Alegre, vejam bem, em cima de um clima de denúncias, Ver. Cláudio Janta, pesadíssimas; pesadas mesmo. Nós vamos votar o orçamento hoje aqui. Mas com que cara, com que jeito, com que maneira nós vamos votar o orçamento, pois nós sabemos que já votamos outros orçamentos do governo Melo e terminou, parte, boa parte do dinheiro, no patrimônio do Jailson.

Vereadora Mari Pimentel (REPUBLICANOS): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Muito obrigada pela oportunidade. Realmente é triste ver que esta Câmara de Vereadores protagonizou uma CPI, duas na verdade, que está estampando os resultados também agora nos jornais. Muitos vereadores tentaram diminuir o envolvimento do Sr. Jailson, ele aqui foi defendido por vereadores, e nenhum foi na tribuna pedir desculpas para a população, para os eleitores ou para quem estava tentando investigar. E hoje nós votamos o orçamento. Nós temos, por exemplo, uma emenda do Fórum das Entidades para melhorar o sistema da FASC para que a gente tenha um repasse maior. Nós não estamos conseguindo achar R\$ 20 milhões no orçamento, mas o Sr. Jailson vendeu duas vezes isso em um ano para Porto Alegre. É difícil a gente votar o orçamento quando a gente não tem a transparência necessária e a seriedade necessária no orçamento. Parabéns pela fala. É importante que o combate à corrupção venha de todos os vereadores, e que também assumam as suas responsabilidades e tenham a seriedade diante do orçamento público, para todos os cidadãos, não só para a sua ala política. Obrigada.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado, Ver.^a Mari Pimentel, parabéns pela sua luta nesse sentido e para combater tudo isso, foi muito importante. E aqui está o resultado, ou parte dele. O que nós estamos vivendo agora, neste momento, é isso. E quando nós tivermos, daqui a pouco, uma luta intensa pelos municipais, Assis, que reclamou que eu falava só no João, ou Mário, quando nós tivermos a luta intensa, lembrem: o que não pode chegar em vocês, chegou muito antes no Jailson, e por ter chegado lá, não vai chegar em vocês. Nunca. Aquele valor lá, nunca. Está bloqueado, Silvana, não foi tirado dele, apenas bloqueado.

Por outro lado, e fora essa questão gravíssima, nós não podemos deixar de referir aqui que vivemos também um período, em nível nacional, extremamente grave e que envolve, mais do que a corrupção, os projetos criminosos piores que existem. No Código Penal, na ideia geral do direito, e isso é mundial, e é no Brasil também, o pior crime que tem a maior pena é o crime contra a vida, é o homicídio. E ele pode ser qualificado, ir aumentando a pena, enfim. Pois é justamente de homicídios planejados, com primeiros movimentos executados, colocados no papel, isso é fantástico, não é? Aqueles pretensos assassinos, eles gostam de botar no papel, eles fazem a prova para depois serem pegos, é incrível isso. Eles chamavam de punhal verde e amarelo, punhal verde e amarelo! É

incrível isso. Mas essas pessoas tramaram um golpe de Estado contra a democracia brutal, brutal, com dia e hora marcados para mortes, homicídios de grandes lideranças do Brasil, pessoas extremamente importantes na organização do Estado brasileiro. E foram descobertos, alguns estão presos.

Eu espero que muitos mais sejam presos. Alguns vão fugir, claro; alguns covardes vão fugir da prisão, vão pegar asilo em embaixada, vão fugir do Brasil. Alguns vão fugir. Não vão querer pagar a conta dos seus crimes, mas nós sabemos... Está me baixando o som aqui, Presidente. Presidente Mauro. (Pausa.) O meu som está baixando, baixando, baixando, e eu estou tendo que levantar a voz e terminou a minha voz aqui, que já é curta. Se eu fosse um João Bosco Vaz, não precisaria. É verdade.

(Aparte antirregimental.)

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Agora, eu preciso, eu preciso de um som aqui. Pois bem.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Melhorou, vereador?

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Melhorou. Muito obrigado, Presidente. Então, o que ocorre entre nós? A Nação estarecida vê que pessoas, mesmo que divirjam – não é, Oliboni, vereador, que sempre foi uma referência na Câmara – que divirjam aqui ou ali, nós tínhamos um grau de respeito por pessoas que tiveram altos postos na República. Mas eram delinquentes que se reuniam para tramar homicídios – homicídios, assassinatos, mortes dos grandes líderes da Nação! E mesmo que não fossem, mesmo que não fossem líderes, mesmo que não fossem conhecidos, porque aqui, quando eles tramam o homicídio, a morte das grandes lideranças do País, eles cometem dois crimes: um é a tentativa de homicídio, o outro é a tentativa do golpe de Estado. Se fossem pessoas, não as pessoas dirigentes do Brasil, igual cometeriam o crime de tentativa de homicídio, aí não teria a tentativa de golpe de Estado. Mas eles cometeram os dois crimes. Tem alguns presos, mas aqueles não são 10% dos que conspiraram, não são 10% dos que conspiraram. Mas para nós, para nós, brasileiras, brasileiros, aquilo ali é um escândalo no mundo, é um escândalo, já visto, é verdade, mas é um escândalo. O Brasil não tem um monopólio desse tipo de crime, mas nunca houve aqui uma tentativa, uma tratativa da morte dos governantes eleitos e da direção do Judiciário, nunca houve.

E agora, eu mudo de tema novamente, já para encerrar, para dizer à Charão que a nossa luta é pela emenda. É pela emenda, sim, nós queremos aprovar a emenda. Vocês sabem que eu enxergo muito pouco e os meus óculos têm que mudar, eu me esqueci o número, é 80 ou é 60? (Pausa.) É 60. A nossa luta – e essa é a parte final, Presidente, do pronunciamento – será pela aprovação da Emenda nº 60, obviamente. Luta mesmo, luta de verdade! A luta da nossa posição que vocês conhecem bem. Mas não se iludam muito, não se iludam muito. Não se iludam muito, porque o Jailson, o assaltante, o criminoso, foi muito bem tratado aqui; vocês não serão tanto. Nós vamos fazer todo esforço, nós

vamos lutar muito. A Emenda nº 60, do meu ponto de vista, é fundamental e indispensável. Mas vocês são experientes, sabem quem é quem, o jogo não é fácil, é um enfrentamento brutal. Concluindo, Presidente, nós temos responsabilidade, sim, aqui nesta Casa, com o conjunto da população. E para que os serviços públicos em Porto Alegre funcionem, nós precisamos dos municipais; e precisando deles, é importante, na minha opinião fundamental, que se aprove a Emenda nº 60. Muito obrigado.

Vereador Claudio Janta (SOLIDARIEDADE): Sr. Presidente, nós tivemos, nesse final de semana, pode-se dizer assim, o Panamericano de Judô, que foi na cidade de Varadero, em Cuba. E a nossa cidade trouxe três medalhas de ouro no Judô, três atletas da Sogipa. A nossa imprensa teve várias vitórias, então, eu queria, em nome do Leonardo Martins, saudar a todos os atletas da Sogipa que trouxeram para o Rio Grande do Sul, para o Brasil, três medalhas de ouro.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Parabéns à Sogipa, aos três atletas, e parabéns ao Ver. Claudio Janta por estar atento às medalhas do nosso Judô. Parabéns ao pai do atleta, o Alexandre, que é assessor do Ver. Claudio Janta.

A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra em Grande Expediente.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Sr. Presidente, colegas vereadores, vereadoras, senhoras e senhores que nos acompanham nesta sessão plenária. É muito bom ver as galerias lotadas, o plenário tem vida própria, isso é muito bom. Fico feliz, como jornalista e como parlamentar que sou, em quarto mandato, em vê-los aqui. Eu uso este tempo de Grande Expediente para uma reflexão, após as eleições. Vivemos tempos marcados por uma imensa polarização na política, esquerda e direita muitas vezes se enfrentam de forma radical, colocando suas ideologias acima do bem comum. Na esfera municipal, no entanto, precisamos refletir. A quem servem esses embates constantes? Será que atendem às verdadeiras necessidades da população? Nos municípios, enfrentamos desafios concretos e urgentes: saúde, educação, segurança, transporte, saneamento básico, mobilidade. Essas são demandas que não têm cor partidária, que não deveriam ter cor partidária. Quando a polarização entra em cena, muitas vezes ela paralisa o diálogo e impede soluções que poderiam beneficiar nossa comunidade. Não se trata de negar nossas convicções políticas, mas de entender que aqui o pragmatismo deve prevalecer. A cidade não pode esperar que divergências ideológicas sejam resolvidas enquanto a população sofre com problemas diários, urgentes, como uma vaga na creche, esperar na fila para atendimento de saúde, um buraco na rua, um contêiner mal localizado. Esses são os problemas que afligem a população, entre outros tantos. Nosso compromisso, enquanto representantes do povo, deve ser com a eficiência e a entrega de resultados. Precisamos unir forças, independentemente de bandeiras que carregamos, para que cada decisão tomada nesta Casa tenha como objetivo o bem-estar de quem vive na nossa cidade. Convido todos os presentes a refletirem sobre o papel que cada um desempenha nesta Casa Legislativa, nesse cenário, já que estamos chegando no final do

ano e vale a reflexão. Vamos colocar a população acima das disputas. A história não julgará quem mais foi fiel à sua ideologia, mas quem trabalhou para fazer a vida das pessoas diferente, quem trabalhou para fazer a diferença na vida das pessoas. Quando um vereador faz um juramento nesta Casa, eu lembro do meu, quando eu fiz pela primeira vez, o juramento é claro, é objetivo, atender a população de Porto Alegre, o que, como jornalista, eu interpreto, acima de siglas partidárias, ideologias políticas. E vejam bem, eu tenho tanta razão nisso que eu falo que são várias as matérias nos jornais que comentam a abstenção: o maior número de abstenção foi nessa eleição municipal e, pasmem, senhores, na cidade de Porto Alegre, na capital, aqui, nós tivemos o maior número de abstenção. Por que será isso? O Rio Grande do Sul sempre foi considerado o Estado mais politizado do Brasil. Pois a capital do Rio Grande do Sul registrou o maior número de abstenção de eleitores entre todas as capitais do Brasil; três, vejam bem, três a cada dez eleitores não votaram. Isso deve servir de reflexão. Eu, como jornalista e pós-graduada em ciência política, ousou dizer, pelas matérias que eu li, pelo estudo que fiz, pela pesquisa que fiz, que a polarização, que a radicalização dos candidatos assustou a população. E isso é grave; é grave não só pela abstenção, mas porque nós deixamos de inspirar jovens, futuros políticos, porque estamos exatamente à direita radical e à esquerda radical. O País precisa de equilíbrio, o Estado precisa de equilíbrio, a cidade precisa de equilíbrio. Com equilíbrio a economia anda e, se a economia anda, nós temos saúde, educação, meio ambiente, bem-estar. Então eu trago isso para reflexão, já que os porto-alegrenses, na sua maioria, se abstiveram de escolher os seus representantes. A soma de abstenções foi maior do que a votação do nosso candidato eleito e vencedor. Isso deve servir como uma reflexão para todos nós, e eu convido os senhores que, neste final de ano de 2024, façamos uma profunda reflexão para seguir adiante. Esta Casa precisa atender às necessidades da população acima das ideologias políticas e das siglas partidárias. Obrigada, Presidente.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Com a fala da Ver.^a Mônica Leal, está encerrado o período de Grande Expediente.

O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Boa tarde, Presidente Mauro, vereadores, vereadoras e público que assiste à TVCâmara. Nós estamos debatendo o orçamento no dia de hoje. Queria também saudar os jovens do movimento estudantil secundarista, que estão aqui conosco, defendendo investimentos e verbas para a educação. Quero saudar a União Metropolitana dos Estudantes Secundários de Porto Alegre (UMESPA) e também os dirigentes do Sindicato dos Municipários de Porto Alegre (Simpa), lutando pela reposição salarial. Infelizmente, como marca não só do governo Marchezan, mas também do governo Melo, o que tem ocorrido sempre é o congelamento da reposição salarial dos servidores municipais, numa constante deterioração das condições de trabalho dos servidores municipais, que têm sofrido cada vez mais nas mãos de governos neoliberais. Nós estamos com essa proposta orçamentária, nós vamos debater durante o dia de hoje, mas, desde já, uma das questões que salta à vista é que, novamente,

os servidores municipais estão sendo desrespeitados. Eles estão fazendo uma mobilização aqui na Câmara pela aprovação da Emenda nº 60, que é a emenda que garante o mínimo necessário de respeito a uma categoria que garante o funcionamento da máquina pública. Sem essa categoria, não funciona a máquina pública! Infelizmente, o orçamento do governo, eu tenho dito que é um orçamento recessivo, que é um orçamento que reduz recursos da saúde, reduz recursos da educação, congela os salários dos servidores. Então, é um desrespeito constante. No projeto do prefeito, há um corte de 47% dos recursos para a saúde, um desfinanciamento do SUS. A proposta do projeto de lei orçamentária de 2025, que tramita agora e que vai ser votada hoje, tem esse corte de 47% do que foi solicitado pela equipe técnica da Secretaria Municipal. Segundo as informações do documento da própria Secretaria, são informações técnicas da própria área especializada do governo, portanto não são simplesmente opiniões da oposição, foi solicitado pela Secretaria Municipal de Saúde recursos da fonte municipal no valor de R\$ 836,759 milhões. Essa previsão era para dar conta das despesas de demandas atuais e novas necessárias, não incluindo, vejam bem, não incluindo as despesas de pessoal. Porém, foi autorizado pelo prefeito apenas R\$ 441,971 milhões, o que inviabiliza o atendimento mínimo das necessidades em saúde, já defasadas e acumuladas em demandas represadas. É um documento técnico da Secretaria de Saúde. Esse é o resultado da proposta orçamentária para 2025 na área da saúde.

Na área da educação, também há cortes. É lógico que no caso da educação, vejam só, no caso da educação – depois eu vou seguir debatendo esse tema, o tempo agora de liderança é curto –, na área da educação também a previsão é a menor, embora talvez os gastos, no final das contas, possam ser maiores, porque nós tivemos na gestão Melo, no último ano desse governo, um roubo na área da educação que chegou a mais de R\$ 100 milhões. Como só esse empresário Jailson, que era um empresário apoiado pelo líder do governo durante a Comissão Parlamentar de Inquérito, protegido pela Ver.^a Comandante Nádia... Não sei se o pessoal que está aqui se lembra, nós tivemos uma Comissão Parlamentar de Inquérito, cuja... Esse empresário foi defendido muito pelo governo municipal, pelos vereadores da base do governo, mas o resultado é que está provado, pela investigação policial, que esse empresário assaltou mais de R\$ 20 milhões. Então, se o dinheiro não for roubado como foi na gestão anterior, talvez a saúde não reduza os seus recursos, ou melhor, talvez a educação não reduza os seus recursos. Mas a proposta orçamentária para 2025 também prevê recursos menores para a educação. Então, evidentemente que essa proposta é muito ruim, nós vamos debatê-la no dia de hoje, tratando de amenizar os problemas. Parte desse debate, dessa tentativa de atenuar os problemas desse projeto está ligada à luta pela aprovação da Emenda nº 60, pela defesa de bairros, como o bairro IAPI e a luta para a preservação da sua associação. Enfim, nós vamos fazer, no dia de hoje, a luta para garantir o mínimo necessário para que o orçamento votado no dia de hoje não seja tão ruim para a cidade de Porto Alegre. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ENG° COMASSETTO (PT): Prezado Presidente Mauro Pinheiro, colegas vereadores e vereadoras, venho aqui em nome da minha bancada, a bancada do Partido dos Trabalhadores, falar sobre o tema recorrente na cidade de Porto Alegre que são os alagamentos e os efeitos das cheias. Antes disso, quero cumprimentar o Ver. Nelton, que assume, aqui na nossa bancada hoje, o seu mandato – seja bem-vindo, Nelton.

E quero dizer também aos municipais que aqui estão que a nossa bancada não só assina, como defende os direitos à reposição salarial de todos os trabalhadores, que, na verdade, são os que seguram, no dia a dia, a gestão pública municipal.

E por falar em gestão pública municipal, meus colegas, vereadores e vereadoras, a cidade, veio uma pequena chuva essa noite, alagou toda novamente. Por que a cidade alaga? Não é a resposta que o prefeito Melo deu há poucos minutos na TV: “É porque chove”, é óbvio que é porque chove. Mas a cidade alaga porque ela está desleixada, está abandonada no que significa o seu sistema pluvial. O prefeito Melo venceu as eleições, agora isso não significa que o seu serviço mudou a qualidade, que o seu serviço tenha melhorado, pelo contrário. Já faz sete meses que nós sofremos a calamidade, e se hoje vier uma nova calamidade, Ver. Aldacir Oliboni, a cidade será alagada novamente, porque as casas de bombas ainda não foram reformadas, as comportas estão lá abertas, tal qual foram destruídas durante a enchente, e os diques não foram reformados. O governo federal já destinou para Porto Alegre, Ver. Cecchim, R\$ 560 milhões para o sistema de proteção de gestão exclusiva da cidade de Porto Alegre. Para isso tem que ter os projetos, para isso tem que assinar esses contratos. Mas a cidade alagou novamente, porque o sistema pluvial está todo entupido, Ver. Cassiá, porque as empresas recebem para fazer a limpeza e não são fiscalizadas, Ver.^a Lourdes. É uma realidade isso. E dizer que venceu as eleições está resolvido? Não, não está resolvido, porque aqui nesta tribuna, como engenheiro que sou, junto com o Ver. João Antônio Dib, que não está mais aqui conosco, já fazíamos essas denúncias e já lutávamos contra a extinção do Departamento de Esgotos Pluviais. E continuamos lutando, continuamos porque eu sei que a memória do João Antônio Dib continua lutando contra, agora, a privatização do DMAE, o Departamento Municipal de Água e Esgotos. Mas, nesse momento... Muitas comunidades acordaram durante a noite com o estresse, acordaram durante a noite com o medo, acordaram durante a noite com o fantasma do alagamento batendo em suas portas. E vindo para cá, Ver. Gilson Padeiro, recebi a ligação da comunidade do Sarandí, pois estão sem energia elétrica desde a noite, e a CEEE Equatorial não responde para eles e também não respondeu para o Prefeito Melo. Quando ele diz: “Eu ligo, eles não nos atendem”. Então, aqui desta tribuna, tenho certeza, em nome dos 36 vereadores, que a CEEE Equatorial deve trazer uma resposta, de imediato, das comunidades que estão neste momento sem energia elétrica, novamente perdendo todos os seus benefícios e as suas estruturas de vida para a sua manutenção. Eu quero aqui, então, em nome da nossa bancada, dizer que o problema não é de uma pequena chuva que vem e alaga. O problema é que o serviço de manutenção do sistema pluvial não é feito, está todo entupido, e não tem um plano de manejo estratégico, neste momento, para prevenir uma nova enchente.

As casas de bombas não foram consertadas ainda, as comportas estão lá atiradas e os diques também não foram consertados.

Sr. Presidente, eu gostaria que o senhor convidasse o prefeito Sebastião Melo e o DMAE para virem a esta Casa, para mostrarem o cronograma dos projetos para aplicar os R\$ 560 milhões que o governo federal já disponibilizou para refazer o sistema de proteção contra as enchentes da cidade de Porto Alegre. E aqui não precisa dizer, todos sabem, que a cidade de Porto Alegre só alagou porque o sistema de proteção não funcionou, pois estava abandonado. E nós não podemos repetir essa calamidade na cidade por uma negligência de gestão. Volto a dizer, o prefeito ganhou as eleições, mas a qualidade dos seus serviços não melhorou nada. Continua despertando o medo e a angústia nas comunidades com a pequena chuva que veio essa noite. Um grande abraço, muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SOLIDARIEDADE): Sr. Presidente, colegas vereadores, público que nos assiste nas galerias e através das nossas redes digitais, da nossa TVCâmara e Rádio Câmara; estamos falando aqui do orçamento do Município. O orçamento do Município de Porto Alegre que tem um guarda-chuva pequeno. Guarda-chuva pequeno, porque, a cada R\$ 100,00 arrecadados de impostos aqui na cidade de Porto Alegre, só R\$ 16,00 ficam aqui. Uma boa parte, R\$ 62,00, falando em dinheiro, vai para a União. Se o guarda-chuva da União é pequeno, imagina o de Porto Alegre. É pequeno porque o governo federal fez um corte no orçamento de R\$ 5,5 bilhões. E pasmem, o maior corte de todos, R\$ 1,6 bilhão, é na educação. O maior corte que o governo fez desses R\$ 5,5 bilhões, primeiramente anunciado, poderá chegar a R\$ 11 bilhões ou R\$ 15 bilhões, na área primordial de um País que quer se desenvolver.

Nós temos os nossos vizinhos aqui se desenvolvendo, investindo em educação, o Uruguai, o Paraguai, investindo em educação. E no Brasil se faz o caminho inverso, se tira R\$ 1,6 bilhão da educação. Aí, o vereador que me antecedeu disse que “Nós vamos resolver, está vindo dinheiro para ajudar nas enchentes”, só que o governo tirou R\$ 1,1 bilhão do Ministério das Cidades – R\$ 1,1 bilhão do Ministério da Cidades! –, Tirou R\$ 956 milhões do transporte. Então, provavelmente, as obras que nós estamos tendo na região, na 386, na 290, serão paralisadas. Tirou R\$ 367 milhões da integração regional, dinheiro que é para vir para os estados, dinheiro que é para vir para as grandes obras públicas. Tirou R\$ 271 milhões da Assistência Social, que ajuda as pessoas nos momentos difíceis. A Assistência Social, nos momentos de calamidade, aqui no Rio Grande do Sul, na Bahia, que tivemos agora, nas queimadas que tivemos numa parte do Brasil, fez o acolhimento dessas pessoas. Tirou R\$ 214 milhões dos portos, então, o porto que está para sair no nosso litoral norte, no Arroio do Sal, só vai sair se a iniciativa privada o fizer. Tirou R\$ 186 milhões da Defesa Civil; um País que tem enchentes no Rio Grande do Sul, na Bahia, tem enchentes em várias cidades da Região Sudeste, em Santa Catarina, que

tem a seca, inclusive, na Região Norte, que tem as dificuldades climáticas, o governo tira R\$ 186 milhões da Defesa Civil. E, pasmem, tira da previdência R\$ 120 milhões. Esse é o resultado do orçamento que pode, dito pelo próprio ministro Haddad, chegar a R\$ 11 bilhões ou R\$ 15 bilhões, o condicionamento desse orçamento da União. A União, que retem os recursos; a União, que tem que fazer o repasse para o estado e para o município; a União, que tem que ajudar na sua parcela, nas questões primárias constitucionais, principalmente na saúde e na educação, volto a frisar, tira R\$ 1,6 bilhão da educação. Que País nós teremos, quando se tira esse montante de recursos da educação? Que País teremos, quando se diz que vai sobretaxar as grandes fortunas só daqui a dois anos? Que vai cobrar imposto de renda, acima de R\$ 5 mil, só daqui a dois anos? E até lá vai tirando R\$ 1,6 bilhão da educação, que é o alicerce de toda a Nação. Nós temos vários exemplos de países que investiram maciçamente na educação e, num período curto, começaram a ter retorno, a ter desenvolvimento. O Brasil vai na contramão de programas e projetos que deram certo, tirando R\$ 1,6 bilhão da educação, e isso é o todo, em educação básica, educação média, educação superior, retirando essa fortuna da educação e não mexendo onde tem que mexer, que é o sistema bancário, que é o sistema financeiro. Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso presidente, Ver. Mauro Pinheiro, colegas vereadores, vereadoras, público que está acompanhando a sessão nesta tarde, de modo especial os que vêm representando aqui os servidores públicos, o Simpa, que vem representar as entidades que lutam por mais recursos do CMDCA, as entidades que buscam a isenção do IPTU, e tantos outros cidadãos e cidadãs que estão aqui neste momento. Falo em nome da oposição, agradeço ao Ver. Robaina pela cedência do espaço.

Senhoras e senhores, hoje e quarta-feira, nós vamos votar o orçamento do governo, a peça orçamentária que tem a prerrogativa de discutir ações para R\$ 12 bilhões – R\$ 12 bilhões! Nos R\$ 12 bilhões da peça orçamentária, nós cidadãos e cidadãs, povo de Porto Alegre, deveriam se enxergar, ver se vai ter serviço público, com concurso público, ver se os servidores poderão ser valorizados para o pagamento, no mínimo, da reposição salarial pela inflação, algo que o governo já sinaliza o “não” à emenda, a partir do parecer do relator; algo que nós poderíamos verificar, por exemplo, na peça orçamentária, se o governo vai construir de fato as 12 unidades de saúde que está prometendo; algo que possa atender o pedido do CMDCA, que tem uma emenda, inclusive, que foi rejeitada, e nós estamos pedindo o destaque da emenda. Por incrível que pareça, senhoras e senhores, nem em todas as emendas nós estamos conseguindo 12 assinaturas, ficam sempre as 10 assinaturas da esquerda. Afinal de contas, será que o servidor, o cidadão, só vota na esquerda? Vejam, na eleição, o que aconteceu. Por que os vereadores da base do governo não dão nem a possibilidade de discutir a emenda? A emenda da reposição salarial só será discutida no orçamento se nós tivermos 12 assinaturas, e falta uma assinatura. Onze

vereadores assinaram. Quem será o 12º vereador para, ao menos, possibilitar um direito legítimo e democrático para o cidadão vir aqui à tribuna e dizer o que acontece hoje com a valorização – ou não – do servidor público? Lamentavelmente, isso pode não acontecer aqui hoje à tarde. Só pode acontecer na discussão da peça, mas não da emenda, porque as emendas vetadas pelo relator e não destacadas nem votadas são, lamentavelmente.

Queremos também pedir aqui um apelo a muitos cidadãos e cidadãs que, inclusive, votaram em vereadores que foram do Conselho Tutelar, e muitos são vereadores hoje. O CMDCA, que trata da criança e do adolescente, precisa aumentar os recursos para poder suportar o atendimento, e esse atendimento é feito por entidades que, por sua vez, estão pedindo um aporte financeiro de R\$ 24 milhões. E o governo, não sei se foi o governo, mas o relator apresenta uma subemenda para reduzir para R\$ 5 milhões. Lamentavelmente, o relator reduziu para R\$ 5 milhões. Por que será? O próprio conselho fez seminário aqui na Câmara, acordou com o governo, pelo que eu sei. O governo, inclusive no período eleitoral, estiveram aqui todos os candidatos, se comprometeram com esse recurso para poder não só ampliar o atendimento à criança e ao adolescente, mas poder abrir novos convênios. Estão impedindo isso, com essa falta de recurso. Precisamos compreender isso tudo para fazer com que os vereadores olhem para a cidade como um todo, coisa que não aconteceu, por exemplo, no Orçamento Participativo. O governo, mais uma vez, destina R\$ 20 milhões. Nos nossos governos, no último governo, em memória ao Verle, R\$ 342 milhões. Naquela ocasião, nós votamos uma emenda para aumentar para mais R\$ 10 milhões, R\$ 30 milhões, o relator vetou, nós não vamos conseguir destaque, portanto, a emenda cai.

Esse governo não abre uma discussão e nem um diálogo, nem com os vereadores nem com as entidades, e depois dizem que é um governo democrático. O governo atual se assemelha ao governo anterior, ao governo Marchezan, que não conversava com as entidades, que não dialogava com os servidores, parecia que tinha medo de operar com o movimento social. É nesse sentido que nós saímos de uma votação frustrada, porque essa peça orçamentária não passa de uma peça de ficção. É sim, nós não conseguimos enxergar a política, que tipo de política o governo vai implementar ali com a educação, ou vai continuar com os escândalos que estão acontecendo, com a saúde que não opera lá na ponta, o aumento de oferta de serviços, nem próprios e nem terceirizados. Imaginem os senhores, o cidadão, que fica muitas vezes esperando o atendimento, anos, não são somente meses, mas são anos, e não consegue. É porque não consegue a unidade de saúde dar a contrarreferência, porque não tem especialistas, nem no serviço público e nem mesmo contratados. É por isso que nós hoje aqui estamos frustrados diante de uma situação radicalizada pelo governo, que não opera a política, a política de diálogo, a política de poder destinar recursos na peça orçamentária para poder fazer com que a cidade consiga se enxergar e consiga perceber que, nos próximos quatro anos, o governo poderia fazer algo muito importante, como aconteceu de ontem para hoje, as fortes chuvas acabaram alagando a cidade e o governo ainda continua com o mesmo discurso: “estamos trabalhando, vamos recuperar”. Mas não se vê nada de concreto. Esta que é a grande verdade. Muito obrigado.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Presidente Mauro, eu gostaria de saber se a presidência não tem uma informação, porque me chegou a informação que eu gostaria de confirmar, que acho que é importante para o Município de Porto Alegre, que, como o senhor sabe, a gente fez todo esse trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito, que foi um trabalho custoso aqui para a Câmara dos Vereadores, e um dos personagens mais marcantes foi esse empresário Jailson, se descobriu que ele estava envolvido num roubo muito pesado dos recursos públicos da educação, e eu soube que ele se entregou hoje. Eu gostaria de ter essa informação, acho que é muito importante para que a gente saiba mais o que aconteceu na cidade de Porto Alegre com esse empresário finalmente estando nas mãos da polícia. Acho que é uma atitude muito importante, vale a pena comemorar. Eu sei que tem vereadores que até devem ficar meio incomodados, porque defenderam tanto esse empresário aqui na CPI, que se incomodam, mas eu acho que é muito importante que Porto Alegre saiba mais o que ocorreu em relação à corrupção na Secretaria de Educação. Por isso que eu acho que é uma informação importante, chegou a mim e eu gostaria de saber se a Casa já tem mais informações a respeito.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Feito o registro, vereador. A Casa não recebeu, esta presidência até este momento não recebeu nenhum documento, e também nem sei se tem por que vir aqui para a presidência. Se chegar, a gente comunica os vereadores. Muito obrigado.

A Ver.^a Fernanda Barth está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PL): Boa tarde a todos que estão nos ouvindo. Nem ia usar esse tempo de agora, porque acho que a coisa mais importante do dia é a gente votar a lei orçamentária, mas, como eu ouvi algumas barbaridades aqui nesse microfone sobre a chuva – que teria sido uma chuvinha hoje à noite –, que foi uma chuva fortíssima, de alto volume, em pouco tempo. Choveu muito, muita água e que esse excesso de água, como muitos já haviam avisado em vários lugares, poderia causar transtornos, porque até agora não foi feito nada naquela região perto de Porto Alegre, sobre dragagem e desassoreamento.

Esses recursos que não são um montante pequeno, são milhões e milhões de reais que estão sendo utilizados para dragar e desassorear o rio, lá na altura de Rio Grande e agora aqui na entrada do canal de Itapuã, que só vai ficar pronto dia 1º de março, sendo que um dos navios encalhados já resolveu que não vai mais perder tempo ali esperando para entrar no nosso porto, e a gente vê a prosperidade e os recursos escorrerem como areia nos nossos dedos.

Hoje, de manhã, estive no município de Barra do Ribeiro. Na semana passada, eu estive em Guaíba, e aqui, como em Porto Alegre, nós já firmamos a Frente Parlamentar da Orla. Eu estou levando essa ideia para outros municípios que fazem parte da bacia do Lago Guaíba, para que cada município, com seus vereadores, tenha a sua Frente Parlamentar da Orla, para que a gente consiga em conjunto criar uma frente ampla de

vereadores, para fazer uma pressão conjunta com a Granpal – Associação dos Municípios da Região Metropolitana da Grande Porto Alegre –, no governo do Estado e no governo federal, para que a gente tenha recursos para que o trabalho de dragagem e desassoreamento seja política rotineira de Estado.

O que nós não podemos mais, e aqui eu deixo um pedido: chega de rasgar dinheiro público, porque se tira o dinheiro do ponto A, aliás, se tira areia, areia também é recurso, é dinheiro, se tira areia do ponto A e se bota areia no ponto B, e aí muda a corrente e a areia volta para onde ela tinha sido tirada. Quem é que ganha com isso? As empresas de dragagem e desassoreamento? Quem as contrata? Não sei! É uma pergunta que eu realmente gostaria de entender, se é um trabalho completamente insustentável, porque ele precisa ser constantemente refeito aos custos de dinheiro que faz falta na saúde, na educação, na segurança, que faz falta, inclusive, para pagar os funcionários, para dar aumento, para pagar salário digno. Só que assim, durante mais de 15 anos, quase 20, a dragagem e o desassoreamento deste nosso rio ou lago Guaíba não aconteceu. Por isso que agora é uma fortuna, e por isso que agora se precisa fazer tanto.

Na sexta-feira que vem eu vou sair em uma pequena expedição com alguns amigos e dois barcos, e nós vamos conhecer as novas ilhas do Guaíba, que agora não é mais uma, tem três, são milhares de hectares novos. Esses hectares são feitos de areia, que é um bem mineral utilizado em milhares de coisas, é um recurso desperdiçado que podia estar gerando ganhos para o cofre do Município, para o cofre do governo do Estado e, ao contrário disso, é dinheiro rasgado e colocado fora. Mas eu até entendo, porque o governo Lula, por exemplo, que quer cortar R\$ 2 bilhões, através do seu ajuste do salário mínimo, é justamente o preço do novo “Aerojanja”, para a eterna lua de mel, o “Aerojanja”. Hoje, a gente já sabe que existe o “Janjômetro”, que foi criado para medir quanto dinheiro essa mulher já gastou às custas do suor do trabalhador brasileiro, passam de R\$ 60 milhões que a “Esbanja” esbanjou. Passam de R\$ 60 milhões! Engraçado que aqui ninguém acha feio isso, né? Esse recurso podia estar sendo pago para salário de funcionário público federal. Não, está lá no “Aerojanja”, custa R\$ 2 bilhões. É o preço do corte do salário mínimo. Não tem vergonha na cara, né? O que a gente mais vê é hipocrisia na esquerda. Vem aqui gritar contra o prefeito Melo, que faz tudo correto, mas passa um pano para o Lula e para a “Esbanja”. Aí é só amor, né?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Solicito registrar a presença do Ver. Nelton Schmidt.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): (15h42min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O primeiro projeto de hoje está já no regime de votação, cabendo ainda encaminhamentos. É o PLCL nº 014/24.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): A matéria já foi encaminhada pelos vereadores Idenir Cecchim, como autor, e Tiago Albrecht.

VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 0306/24 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 014/24, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, que inclui § 5º no art. 71 da Lei Complementar nº 694, de 21 de maio de 2012 – que consolida a legislação sobre criação, comércio, exibição, circulação e políticas de proteção de animais no Município de Porto Alegre e revoga legislação sobre o tema –, estabelecendo que o infrator responsável por maus-tratos a animal arcará com as despesas de assistência veterinária e demais gastos decorrentes da agressão, na forma do Código Civil, inclusive, ressarcindo à Administração Pública Municipal os custos relativos aos serviços públicos de saúde veterinária prestados para o tratamento integral do animal. **(SEI 138.00052/2024-15)**

Pareceres:

- da **CCJ.** Relatora Ver^a Comandante Nádia: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CEFOR.** Relator Ver. João Bosco Vaz: pela aprovação do Projeto;
- da **CUTHAB.** Relator Ver. Jessé Sangalli: pela aprovação do Projeto;
- da **COSMAM.** Relatora Ver^a. Lourdes Sprenger: pela aprovação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- encaminharam a matéria os Vers. Idenir Cecchim (Autor) e Tiago Albrecht (NOVO) em 27-11-24;
- adiada a votação por uma Sessão em 27-11-24;
- incluído na Ordem do Dia em 30-10-24.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o [PLCL nº 014/24](#). (Pausa.) A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Sr. Presidente, senhoras vereadoras, senhores vereadores; cada vez mais nos preocupamos com legislações,

porque não adianta ficar na tese, temos que ter as respectivas legislações para poder encaminhar denúncias, ações judiciais contra os agressores. Esse caso, do projeto do Ver. Idenir Cecchim, que eu tenho uma emenda, é referente aos custos, os custos com os animais que têm tutores. Tentar, de alguma forma, minimizar, responsabilizando as pessoas sobre os eventuais gastos.

Temos visto maus-tratos e também abandonos; e já começou o abandono de animais em Porto Alegre, pois há muitas informações nas redes sociais, aparecendo como extraviado, o tutor não aparece. Hoje nós temos câmeras, quem presenciar algum abandono e puder anotar a placa do carro pode até nos passar, porque, a partir daí, podemos também aplicar essa lei. Nós, ainda, incluímos uma emenda para que essas pessoas não possam mais ter outros animais, porque abandonaram e criaram custos para o Município. Em paralelo, ainda, a gente defende a microchipagem, como é feito em algumas cidades e em países.

Então, eu peço a aprovação dos Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, porque é mais um projeto que tende a auxiliar e minimizar tantas demandas, tantas chamadas em redes sociais, para o próprio Município também, e os custos são elevados. Hoje ter um animal abandonado que sofreu algum tipo de acidente é muito dispendioso, não podemos jogar tudo na conta do poder público, porque, se tem tutor, ele é responsável. Obrigada.

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): Presidente, apenas para dizer aqui, do plenário, juntamente com o Ver. Idenir Cecchim, que a nossa ação pró-aprovação foi muito boa. O vereador cedeu, permitindo que a minha equipe fizesse uma emenda; a emenda foi protocolada pelo próprio Ver. Idenir Cecchim. Então, da nossa parte, está tudo certo.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Obrigado, Tiago, temos acordo.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação a [Emenda nº 01 ao PLCL nº 014/24](#). (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação o PLCL nº 014/24. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0686/24 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 035/24, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Porto Alegre para o exercício econômico-financeiro de 2025. (SEI 118.00636/2024-19)

Parecer:

- da **CEFOP**. Relator Ver. Tiago Albrecht:

“pela **APROVAÇÃO** do presente projeto. No que tange às emendas, encaminhamos manifestação para **APROVAÇÃO** das emendas nº 1, 2, 3, 4, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 382, 383, 384, 385, 386, 387, 388, 389, 390, 391, 392, 393, 394, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 402, 403, 404, 405, 406, 407, 408, 409, 410, 411, 412, 413, 414, 415, 416, 417, 418, 419, 420, 421, 422, 423, 424, 425, 430, 434, 435, 436, 437, 438, 439, 440, 441, 442, 443, 444, 445, 446, 447, 448, 449, 450, 451, 452, 453, 454, 455, 456, 457, 458, 459, 460, 461, 462, 463, 464, 465, 466, 467, 468, 469, 470, 471, 472, 473, 474, 475, 476, 477, 478, 479, 480, 481, 482, 483, 484, 485, 486, 487, 488, 489, 490, 491, 492, 493, 494, 495, 496, 497, 498, 499, 500, 501, 502, 503, 504, 505, 506, 507, 508, 509, 511, 516, 519, 520, 521, 522, 523, 524, 525, 526, 527, 528, 529, 530, 531, 532, 533, 534, 535, 536, 537, 538, 539, 540, 541, 542, 543, 544, 545, 546, 547, 548, 549, 550, 551, 552, 553, 554, 555, 556, 568, 569, 570, 571, 572, 573, 574, 575, 576, 577, 578, 579, 580, 581, 582, 583, 584, 585, 586, 587, 588, 589, 590, 591, 592, 593, 594, 595, 596, 597, 598, 599, 600, 601, 602, 603 e 604, e das subemendas nº 1 à emenda 1, 1 à emenda 3, 5 à emenda 4, 1 à emenda 11, 1 à emenda 12, 1 à emenda 21, 1 à emenda 33, 1 à emenda 35, 1 à emenda 36, 1 à emenda 37, 1 à emenda 38, 1 à emenda 42, 1 à emenda 45, 1 à emenda 62, 2 à emenda 69, 1 à emenda 73, 1 à emenda 74, 1 à emenda 79, 1 à emenda 84, 3 à emenda 87, 1 à emenda 92, 1 à emenda 94, 4 à emenda 95, 1 à emenda 96, 2 à emenda 97, 2 à emenda 99, 1 à emenda 100, 2 à emenda 101, 4 à emenda 102, 2 à emenda 103, 1 à emenda 104, 1 à emenda 105, 1 à emenda 106, 1 à emenda 107, 1 à emenda 108, 1 à emenda 121, 1 à emenda 126, 1 à emenda 129, 1 à emenda 142, 1 à emenda 144, 1 à

emenda 147, 1 à emenda 148, 2 à emenda 150, 1 à emenda 159, 1 à emenda 178, 1 à emenda 188, 1 à emenda 189, 1 à emenda 194, 1 à emenda 195, 1 à emenda 215, 1 à emenda 216, 2 à emenda 221, 2 à emenda 222, 1 à emenda 241, 1 à emenda 242, 1 à emenda 243, 1 à emenda 244, 1 à emenda 246, 1 à emenda 250, 2 à emenda 251, 1 à emenda 261, 1 à emenda 266, 1 à emenda 270, 1 à emenda 271, 1 à emenda 278, 1 à emenda 280, 1 à emenda 288, 1 à emenda 293, 1 à emenda 294, 1 à emenda 296, 1 à emenda 299, 1 à emenda 302, 1 à emenda 303, 1 à emenda 304, 1 à emenda 335, 1 à emenda 337, 1 à emenda 348, 1 à emenda 355, 3 à emenda 357, 1 à emenda 361, 1 à emenda 368, 1 à emenda 370, 1 à emenda 371, 1 à emenda 375, 1 à emenda 379, 1 à emenda 380, 1 à emenda 381, 1 à emenda 382, 1 à emenda 386, 2 à emenda 387, 2 à emenda 390, 1 à emenda 391, 2 à emenda 396, 1 à emenda 397, 1 à emenda 415, 1 à emenda 420, 1 à emenda 421, 1 à emenda 425, 5 à emenda 430, 1 à emenda 444, 2 à emenda 453, 1 à emenda 455, 1 à emenda 474, 1 à emenda 475, 1 à emenda 484, 3 à emenda 485, 2 à emenda 486, 1 à emenda 487, 2 à emenda 488, 1 à emenda 489, 1 à emenda 497, 1 à emenda 498, 2 à emenda 504, 1 à emenda 506, 1 à emenda 545, 1 à emenda 547, 1 à emenda 552, 1 à emenda 569, 3 à emenda 570, 3 à emenda 571, 3 à emenda 572, 3 à emenda 573, 2 à emenda 574, 2 à emenda 576, 1 à emenda 578, 1 à emenda 582, 1 à emenda 583, 1 à emenda 584, 1 à emenda 585, 1 à emenda 587, 1 à emenda 594 e 1 à emenda 601 e **REJEIÇÃO** das emendas nº 5, 6, 7, 60, 395, 426, 427, 428, 429, 431, 432, 433, 510, 512, 513, 514, 515, 517, 518, 557, 558, 559, 560, 561, 562, 563, 564, 565, 566 e 567, e das subemendas nº 4 à emenda nº 4, 1 e 2 à emenda nº 87, 1, 2 e 3 à emenda nº 95, 1 à emenda nº 97, 1 à emenda nº 99, 1 à emenda nº 101, 1, 2 e 3 à emenda nº 102, 1 à emenda nº 103, 1 à emenda nº 150, 1 à emenda nº 251, 1 à emenda nº 390, 1 à emenda nº 396, 4 à emenda nº 430, 1 à emenda 453, 2 à emenda nº 485, 1 à emenda nº 488, 2 à emenda nº 570, 2 à emenda nº 571, 2 à emenda nº 572, 2 à emenda nº 573, 1 à emenda nº 574 e 1 à emenda nº 576, estando todas individualmente justificadas a tomada de decisão.”

Observações:

- com Emendas nº 01 a 604;
- com Subemendas nº 01 às Emendas nº 001, 003, 011, 12, 21, 33, 35, 36, 37, 38, 42, 45, 62, 73, 74, 79, 84, 87, 92, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 121, 126, 129, 142, 144, 147, 148, 150, 159, 178, 188, 189, 194, 195, 215, 216, 241, 242, 243, 244, 246, 250, 251, 261, 266, 270, 271, 278, 280, 288, 293, 294, 296, 299, 302, 303, 304, 335, 337, 348, 355, 361, 368, 370, 371, 375, 379, 380, 381, 382, 386, 390, 391, 396, 397, 415, 420, 421, 425, 444, 453, 455, 474, 475, 484, 487, 488, 489, 497, 498, 506, 545, 547, 552, 569, 574, 576, 578, 582, 583, 584, 585, 587, 594 e 601;
- com Subemendas nº 02 às Emendas nº 69, 87, 95, 97, 99, 101, 102, 103, 150, 221, 222, 251, 387, 390, 396, 453, 485, 486, 488, 504, 570, 571, 572, 573, 574 e 576;
- com Subemendas nº 03 às Emendas nº 87, 95, 102, 357, 485, 570, 571, 572 e 573;
- com Subemendas nº 04 às Emendas nº 004, 095, 102 e 430;
- com Subemendas nº 05 às Emendas nº 004 e 430;

- retiradas as Subemendas nº 01 às Emendas nºs 004, 069, 221, 222, 357, 387, 430, 485, 486, 504, 570, 571, 572 e 573;
- retiradas as Subemendas nº 02 às Emendas nºs 004, 357 e 430;
- retiradas as Subemendas nº 03 às Emendas nºs 004, 069 e 430;
- para aprovação, maioria simples de votos, presente a maioria absoluta dos Vereadores – art. 53, *caput*, e art. 82, *caput*, da LOM;
- o Projeto será votado com as Emendas com Parecer pela aprovação, nos termos do art. 120, VI, do Regimento da CMPA;
- para a votação em separado de Emenda com Parecer pela aprovação ou rejeição, será necessário requerimento subscrito por um terço dos membros da Casa – art. 120, VI, do Regimento da CMPA;
- durante a Ordem do Dia não serão admitidas emendas (art. 120, § 2º, do Regimento);
- incluído na Ordem do Dia em 02-12-2024.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP):

Em discussão o [PLE nº 035/24](#). (Pausa.) O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Presidente Mauro, estimados colegas, assistência dos gabinetes, público que nos assiste nas galerias, pagadores de impostos que nos assistem também nas galerias e pela TVCâmara, quero, primordialmente, agradecer ao Ver. Airto Ferronato, presidente da CEFOR, ter-me incumbido disso que eu considero um verdadeiro privilégio, que é ser o relator do orçamento da nossa capital. São R\$ 12,350 bilhões o montante total do orçamento, que é a composição da matriz orçamentária que traz, de maneira pormenorizada, detalhada, a previsão de receitas e onde o Executivo promete aplicar o suado dinheiro do pagador de impostos. Porque, como diria Margaret Thatcher, não existe dinheiro público, existe o dinheiro dos pagadores de impostos.

Preciso destacar que, desde o governo Marchezan, há um compromisso com a responsabilidade fiscal. O que vemos em Brasília, neste momento, é um debate em torno da responsabilidade fiscal ou da não existência de responsabilidade fiscal. É preciso dizer que, tanto o governo Marchezan como o governo Melo 1, tiveram essa responsabilidade, e assim é possível que o Orçamento de 2025 evite um colapso da cidade. Haverá dinheiro a ser alocado nas áreas essenciais justamente por causa dessa austeridade, dessa responsabilidade, acima de tudo, com o dinheiro do pagador de impostos.

Sobre as melhorias que o orçamento traz, o Executivo mandou para esta Casa a construção do novo Hospital Materno-Infantil Presidente Vargas e também o incremento de mais de R\$ 100 milhões no sistema de proteção contra cheias; serão R\$ 65.300 milhões em melhorias no sistema de proteção contra cheias, R\$ 113.600 milhões em drenagem pluvial, portanto, R\$ 100 milhões a mais em 2025 do que em 2024. Claro que, embora haja esse esforço orçamentário, esse valor não é o suficiente para resolver o problema, esse valor não vai nos deixar absolutamente protegidos contra catástrofes, mas ameniza,

faz hidrojateamento de esgotos, permite aumentar o dique, permite com que a cidade ao menos mitigue algumas ameaças. A construção do Hospital Materno-Infantil figura entre os maiores empenhos de verbas extraordinárias, R\$ 221 milhões, então, a cidade estará investindo em saúde pública.

Como relator – antes eu fui citado pelo vereador do PT –, eu quero dizer para ele e também para a população que, infelizmente, não foi possível contemplar a emenda do CMDCA na sua totalidade. Eu poderia ser populista, como é o PT, eu poderia ser populista, como é o vereador que me acusou aqui, mas eu não sou populista, então, eu fui até a liderança do governo, eu fui até o então secretário Schirmer, porque eu comprei essa pauta, não conseguimos o montante que eles pedem, é verdade, mas, num papo reto e verdadeiro, de olhos nos olhos, eu disse: vocês vão conseguir 20% e, junto com o líder do governo, uma mesa de negociações, a verossimilhança da mesa de negociações com as escolas parceirizadas, nós vamos gradualmente pedir que o Executivo aumente. E empenhei a minha própria palavra, junto ao CMDCA, que ficarei em cima dessa pauta, para que ela não morra com a aprovação dessa emenda e desse orçamento. O serviço de atendimento a crianças e adolescentes é importantíssimo, pois evita que violações do Estatuto da Criança e do Adolescente continuem, contribui para a permanência de crianças na escola, é um trabalho importantíssimo e preventivo. E o prefeito Melo já foi sensibilizado por este vereador a respeito dessa questão.

Além disso, temos uma emenda para uma associação de moradores. Diferentes diretorias, muitas vezes, detonam a gestão de uma associação de moradores, como esta do IAPI, que agora está tentando se reestruturar. Aliás, uma dívida que, pela lei, nem precisam pagar, mas, por causa das más gestões, acabou caindo no colo deles, mas eles querem se regularizar. Por isso, é importante que a Câmara vote esse perdão de dívida para que a Associação do IAPI possa retomar os seus trabalhos com o fôlego necessário.

Para encerrar, Sr. Presidente, o orçamento de Porto Alegre para o próximo ano possibilita a execução do plano de reconstrução após a catástrofe. Ao longo desse trabalho, identificamos gargalos, realocamos verbas nas áreas mais necessitadas, dentro dos recursos disponíveis. Precisamos compreender que os desafios agravados pela catástrofe de maio ainda são grandes e exigem esforço coletivo para a retomada que almejamos. Pela atenção, muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLE nº 035/24.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Senhoras e senhores, colegas vereadoras e vereadores, para quem cita Margaret Thatcher, isso é uma defesa do neoliberalismo mais brutal que existiu no final do século passado. É quem não pensa no povo. O orçamento é público, sim, depois que as pessoas pagam impostos, ele é público. É o governo que o gerencia. E, no Brasil, não existem partidos como o Movimento 5 Estrelas, da Itália, que é dirigido pela internet por um maluco. Aqui se pensa, nesta Câmara sempre se pensou muito, e a gente continua pensando. Nós temos a convicção de que o orçamento, como se

diz – e é assim –, é uma projeção de recursos que são capturados, cobrados através dos impostos, das transferências da União e do Estado, e uma projeção também dos gastos. Não me venham com essa história de que com o Marchezan e o Melo nós tivemos essa beleza de orçamento. Pelo contrário – pelo contrário! –, com o Marchezan a gente sabe que nós perdemos um monte de dinheiro, de recursos, inclusive; nem a bancada do PSDB vai fazer essa defesa do Marchezan, eu tenho certeza. Ainda bem que tem clarividência na bancada tucana, aqui à minha direita, mas há outros que acham que, quanto mais fechar a torneira, o torniquete, mais se resolve o problema da população. E o grande momento é achincalhar o governo federal por causa da questão orçamentária, porque ninguém tem a humildade de reconhecer a importância do imposto de renda com limite agora de isenção em R\$ 5 mil – ou em torno de R\$ 5 mil. Pega um conjunto grandíssimo da população e ajuda a população a pagar suas contas e ter o mínimo da dignidade que está colocada na Constituição brasileira.

Para aqueles que defendem um orçamento à Margaret Thatcher, as senhoras e os senhores funcionários públicos não existem, vocês são ficção, vocês não se deram conta ainda que são descarte na mão desses governos neoliberais, descarte, vocês não existem. É triste dizer assim, mas é assim que eles pensam, eles não chegaram nem no estado keynesiano, o que dirá na visão que nós temos, que não é tão revolucionária assim, é um estado de bem-estar social – é o mínimo que a gente quer. Nós, na verdade, somos mais liberais do que o Novo, porque nós queremos um estado de bem-estar social, nós não estamos pregando aqui acabar com o capital do dia para a noite, porque nós sabemos a correlação de forças que existe no mundo hoje, uma coisa são nossos sonhos, uma coisa são nossas utopias, o nosso sonho de uma sociedade diferente do que essa que está aqui, mas nós sabemos que aqui é preciso negociar, agora negociar com uma faca no pescoço, com uma espada de Dâmocles na cabeça e com a ameaça de que não vai dar dinheiro para a previdência? Não, me desculpem, nós não vamos estar nesse barco. Por isso que, nessa peça de ficção que nos foi apresentada, batalhamos por emendas, vamos brigar, vamos teimar, mas nós estamos prontos para o nosso voto e para a nossa declaração de voto. Amanhã, quando os servidores estarão lá na João Manuel, nós estaremos juntos, porque no ano que vem não estarei nesta Câmara, mas, como cidadão de Porto Alegre, eu não nego minhas origens de trabalhador, de lutador social e de um sonhador da esquerda brasileira. Obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para discutir o PLE nº 035/24.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente Mauro Pinheiro, vereadoras, vereadores, público que nos dá a honra da presença no dia de hoje e particularmente amigas e amigos, companheiras e companheiros municipais. Por que eu me dirijo especialmente aos municipais neste momento? É porque nós temos uma emenda importantíssima a ser votada destacada, que é a Emenda nº 60, que está sendo ali mostrada nos cartazes. E ela já tem, vereadoras, vereadores, 11 assinaturas para tramitação. Então,

eu me permito, com amizade e lealdade, me dirigir a dois vereadores em particular – à Ver.^a Mari Pimentel, se me permite, e ao Ver. Márcio Bins Ely – para que assinem, veja bem, Ver.^a Mari, apenas para tramitar, que não envolva o mérito, mas nos dê a chance de convencer os vereadores. Uma assinatura que eu peço publicamente sem envolver o mérito, apenas para tramitar. O pessoal vai falar com a Ver.^a Mari para tramitar, vejam bem, para tramitar, não é mérito de votação. Porque mérito envolve, claro, a negociação da vereadora com seu partido, a disciplina partidária, que eu compreendo bem, melhor que ninguém talvez, pelo menos, sou o decano, sou o mais antigo e um dos mais velhos. Então, eu compreendo essa situação, mas para tramitar já nos adianta muito, nos dá o tema para debate e, eventualmente, convencimento, porque não há aumento previsto. Isso aqui é um debate interessantíssimo, que é o seguinte: qual é o valor, o sentido do salário sem poder de compra? Eu sou advogado trabalhista desde os 21 anos, quando era estagiário, vou fazer 69 em janeiro. Então, o que é o salário? É a contraprestação pecuniária pelo trabalho realizado. É isso. Mas quando o salário não consegue adquirir o mínimo, ou começa a perder o seu valor, ele deixa de ser a contraprestação contratada, deixa de ser. O concurso e a função, Márcia, ficam inválidos, eles perdem o significado. O que se discute na Emenda nº 60 é exatamente a manutenção do poder de compra via inflação, só isso! Mas isso é uma discussão muito ampla, eu nem estou discutindo aqui a necessidade que eu vejo de aprovação. Eu estou pedindo o direito de se discutir, por isso fiz esse apelo à Ver.^a Mari Pimentel, com a licença dela, claro – até eu tenho muita consideração e ela sabe disso –, e ao Ver. Márcio Bins Ely – e um dos dois só resolve, a Ver.^a Mari eu acho que vai resolver para que nós esse assunto –, para que nós possamos, tramitando, ter a oportunidade no debate, um debate produtivo, onde ninguém tem posição pré-definida, e muito menos quem assinou, no caso da Ver.^a Mari Pimentel. Eu assinei e assino pelo mérito, obviamente, no meu caso, e vários outros vereadores e vereadoras, mas não há necessidade que todos assinem pelo mérito. Aliás, um debate desses, eu acho que deveria ter pelo menos 30 assinaturas, porque é um debate muito importante, não significa adesão à tese, significa a importância do debate.

O Ver. Adeli Sell falou agora há pouco, com muita propriedade e conhecimento, sobre o keynesianismo. Se houver um debate sobre capitalismo keynesiano e não keynesiano, eu quero assistir. Eu não vou me filiar, Mari, a nenhuma das duas correntes, mas eu quero assistir. Eu daria minha assinatura para esse debate ocorrer, eu daria. Eu acho muito importante, significativo, acho que é um elemento de cultura, inclusive, e acho que nós temos que ter posição de conhecer o que os demais pensam, mas não significa se filiar a uma das correntes. É como a gente faz na Comissão de Constituição e Justiça para tramitar. O meu voto é em plenário, é outra coisa, é outro debate, são outros compromissos.

Por isso, encerro aqui, Presidente Mauro Pinheiro, agradecendo a atenção, pedindo novamente que os vereadores Mari Pimentel e Márcio Bins Ely... Eu sei que a Ver.^a Mari já tem essa tendência, e repito, compreendendo publicamente aqui, com os municipais presentes, que a sua assinatura seria apenas para tramitação e não votação do mérito da emenda. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para discutir o PLE nº 035/24.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde a todos e todas. Hoje é um dia muito importante neste Parlamento, onde a gente discute e elabora o orçamento da cidade de Porto Alegre para o ano de 2025. Uma crítica que o nosso mandato sempre levanta, a importância de a gente conseguir ter mais tempo e fazer essa discussão com a participação da sociedade. Um instrumento democrático que vem sendo terceirizado por esta Câmara são as audiências públicas. Além disso, a política adotada por sucessivos governos de terceirizar, cada vez mais, a responsabilidade pelos problemas sociais que a gente enfrenta no dia a dia, na ponta da execução dos serviços, ou para a discussão do Orçamento Participativo, que é uma parcela irrisória do orçamento municipal, ou, então, para o debate das emendas parlamentares, que também fortalece e vincula uma política de curral eleitoral. Nesse sentido, o PSOL foi, na natureza do projeto, contra, por entender essa substituição de protagonismo que acontece por esses instrumentos de cooptação das nossas comunidades e dos trabalhadores.

Olhando para o orçamento da cidade, é como se fosse um raio X das prioridades do governo, e é para além do debate do orçamento, porque o que está intrinsecamente vinculado nesta gestão Melo é o debate das PPPs – Parcerias Público-Privadas –, das terceirizações, das concessões dos espaços públicos. Outra crítica que a gente vem sucessivamente levantando nesta tribuna é a dificuldade que existe do Parlamento – Câmara de Vereadores –, do Ministério Público de fiscalizar toda a execução desses contratos. Não é à toa, é intrinsecamente, é inerente essa lógica de estado ultraliberal que o Ver. Tiago defendeu aqui nesta tribuna, um estado mínimo, é inerente dessa lógica de estado os casos de corrupção. Hoje, no Município de Porto Alegre, a gente tendo mais de 10 mil contratos para fiscalizar, quem dá conta, humanamente falando, de conseguir olhar todos esses processos? Ainda mais combinado a isso, o debate do desmonte dos conselhos. Os conselhos que são instâncias legítimas, que permite a composição da sociedade civil, dos trabalhadores, também quanto um instrumento de fiscalização e de coerção das más práticas. Então, é para além do debate do orçamento, porque, como a gente viu aqui, dinheiro tem, mas é para uma lógica de cidade, negócios, cada vez mais parceirizadas com empresas que não têm a preocupação, em última instância, com o bem comum, com o bem viver, com uma lógica e uma dinâmica de gestão do Estado eficiente. Essas empresas se preocupam com o lucro, e isso precisa ser denunciado, porque não está colocada no nosso orçamento, explicitamente, essa dinâmica de gestão ultraliberal da cidade de Porto Alegre. Mas os recursos que são previstos em caixa, os quase R\$ 13 bilhões do nosso orçamento, vão ser destinados para essa lógica das terceirizações de centenas de contratos com empresas *experts* em ganhar esses editais e que não têm preocupação com direitos trabalhistas, que não têm preocupação com a boa execução do serviço. Não é à toa todas as denúncias que a gente vem encaminhando para o Ministério Público, para o Ministério Público de Contas. Um exemplo muito nítido para a população

são os contratos espúrios do Município com as empresas de ônibus da cidade. E eu vi que na sexta-feira foi protocolado aqui nesta Câmara, novamente, um projeto de lei que quer dar isenção de imposto para as empresas de ônibus, que quer dar isenção de ISSQN.

Então, o Município, ao mesmo tempo, abre mão de receitas para fortalecer uma lógica desse empresariado que não tem preocupação com a boa execução dos serviços, não é à toa a quantidade de multas que as empresas de transporte devem para os cofres públicos e também não pagam as suas multas, por outro lado, nega sucessivamente a demanda real e concreta de vinculação dos direitos sociais à qualificação do plano de carreira e da reposição salarial dos trabalhadores do Município. E são decisões, é uma dinâmica de pensar o estado mínimo: mínimo para os trabalhadores, mínimo para as comunidades, mínimo para as pessoas que pagam seus impostos, trabalham, levam esta cidade nas costas, para os bacanas aqui da Câmara de Vereadores hoje dizer que não, que a gente tem que seguir dando isenção de imposto para as empresas de ônibus, Ver. Tiago – e eu espero que o senhor vote contra isso –, que a gente siga dando isenção de imposto para a Fraport – o Ver. Pedro Ruas sempre denuncia aqui na tribuna. A gente tem uma lista imensa de devedores que devem IPTU, que devem ISSQN para os cofres públicos, isso não é cobrado, e aí agora eles vêm dizer que não têm recursos; que não têm recursos para fazer reposição dos trabalhadores; que não têm recursos para suplementar a pasta das mulheres, que, de novo, é uma vergonha o que está previsto na LOA em relação à política em defesa das mulheres. A gente vem acompanhando o aumento das denúncias de casos de violência contra a mulher, de feminicídio, e aí tu vais ver como isso está transposto num debate em relação à política de prevenção a esses assassinatos, a esses feminicídios, é uma vergonha o que está proposto. Ao mesmo tempo, foram R\$ 15 milhões no ano passado para a publicidade do prefeito; este ano, estão previstos R\$ 13 milhões – R\$ 13 milhões para a publicidade do gabinete da Prefeitura. Eu não estou falando em publicidade para a saúde, para a assistência social, para as campanhas de formação, que são necessárias, mas para o prefeito fazer propaganda para dizer que a cidade está melhor. Aí eu faço um apelo também aos vereadores, entendendo que ninguém está aberto aqui a ser convencido, que boa parte das decisões já estão tomadas aqui dentro, mas que a gente consiga retirar um pouco desse recurso que está alocado na publicidade do prefeito, para conseguir distribuir isso para a política para as mulheres, para a política para os indígenas, para a política dos negros e negras, para suplementar a pasta do meio ambiente. Essas são as decisões que estão colocadas hoje aqui para a gente. Lembrando, não acho que ninguém aqui, hoje, está disposto a ser convencido, como eu sempre digo nas minhas intervenções. Antes mesmo de iniciar o placar, antes mesmo de a gente iniciar a sessão, a gente já sabe os projetos que vão ser votados e os projetos que não vão ser votados. Essas decisões não são tomadas aqui, essas decisões são tomadas em almoços e em jantares, e isso também é um limite dessa democracia. Esse espaço aqui é muito mais para a gente legitimar esse projeto que veio pronto, por parte do governo Melo, e o nosso papel, enquanto trabalhadores, enquanto defensores de uma cidade mais equitativa, é denunciar os acordos que estão sendo feitos, para que, de novo, a gente tenha

um orçamento mínimo para a população e máximo para os interesses desse grande capital que movimentam esta cidade.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para discutir o PLE nº 035/24.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Presidente Mauro Pinheiro, eu fiquei surpreso porque vi que, se eu não usasse a palavra, já terminaria a utilização do debate para a discussão da matéria, e nós estamos discutindo justamente o orçamento, é um debate importante, não é um debate qualquer. Bem, nós temos uma apreciação, eu já falei durante o período de liderança que a proposta orçamentária do governo é uma proposta recessiva que reduz investimentos em áreas essenciais. Eu tenho algumas informações que mostram a redução na área da saúde, em uma série de serviços, por exemplo, no atendimento escolar fundamental. Vejam só, atendimento escolar fundamental, no orçamento de 2024 foram R\$ 135.984 milhões para o atendimento escolar fundamental; nesse orçamento, há uma redução real e nominal dos valores orçados para R\$ 121 milhões, são R\$ 14 milhões a menos na área da educação – atendimento escolar fundamental. Para o atendimento escolar infantil também há uma redução de R\$ 88 milhões para R\$ 74 milhões; também há uma redução no atendimento escolar especial; no caso do atendimento escolar especial, a redução de um ano para outro é de R\$ 2 milhões. Isso no que diz respeito à educação.

Também em relação à saúde há redução. Eu já falei na minha intervenção anterior, no caso do Hospital de Pronto Socorro, nós temos uma redução de R\$ 12 milhões de 2024 para 2028, levando em conta que nós tivemos inflação. Quer dizer, nós teremos que ter aumento; mas não, tem redução nominal. Eu considero isso muito grave. Nós tivemos redução na Operação Inverno, média e alta complexidade. Nós temos redução na manutenção da rede de Atenção Primária. Nós temos redução na atenção especializada à saúde. Em todos esses quesitos, há um projeto de redução; portanto, é um projeto de desassistência, um projeto de redução da capacidade de intervenção do Estado na melhoria das condições de vida das pessoas. Eu já fiz a leitura de que a demanda da própria Comissão de Financiamento e Orçamento do Conselho Municipal de Saúde já mostrava que havia a necessidade de aumentar os investimentos em saúde. Também não ocorreu. Então, entre os cortes, apenas para que vocês tenham conhecimento, entre os cortes que impactam o dia a dia da população, destaca-se o acesso à saúde e a acessibilidade das pessoas com deficiência aos serviços. Foram cortadas, nessa proposta orçamentária, a construção de um novo centro de reabilitação e de um banheiro com acessibilidade universal adaptado para pacientes ostomizados no Centro de Saúde Vila dos Comerciários. Foi também impactada a reforma dos elevadores do Centro de Saúde Santa Marta, João Ezequiel – há uma redução nos investimentos do Santa Marta. Bem, então, todas essas reduções, todos esses compromissos eram compromissos assumidos pelo governo.

Em relação a algumas obras, também vale destacar, entre os cortes da Atenção Básica, estão as obras da Unidade de Saúde Senhor do Bonfim e do Centro de Saúde Modelo, as contratações de projetos executivos para a Clínica da Família Assis Brasil, Timbaúva e Porto dos Casais; além da aquisição de geradores para a Unidade de Saúde, que também não constam, foram impedidos por essa proposta orçamentária. Como se não bastasse, a Emenda nº 60, que os municipais pedem a aprovação, o governo orienta para não aprovar, porque o governo é um governo que defende um projeto recessivo, um orçamento recessivo e quer fazer com que os servidores paguem pelo preço da crise.

Finalmente, nós temos uma luta que envolve, Presidente Mauro, os moradores do IAPI. Dentro do projeto elaborado pelo Ver. Tiago, a peça orçamentária elaborada, relatada pelo Ver. Tiago Albrecht, consta a remissão da dívida da associação, uma dívida feita pelas gestões anteriores dessa associação, gestões temerárias, gestões que não tiveram compromisso com o bairro do IAPI. Felizmente há uma nova gestão que está trabalhando para garantir que essa associação seja forte, a associação é forte, a associação tem vigor e não é possível que os moradores do IAPI sejam penalizados por más administrações que não tiveram o controle do poder público, porque as associações precisam ser controladas pelo poder público. Eu conversei, inclusive, com o líder do governo, que disse que não vão dar acordo para a aprovação dessa parte do relatório do Dr. Tiago, mas nós vamos insistir, e vamos voltar à tribuna no momento oportuno, para que haja uma solução adequada para o IAPI, porque é preciso respeitar as associações de bairros. O líder do governo, Idenir Cecchim, se comprometeu que o governo buscaria uma solução para essa questão. Nós vamos discutir o assunto no tempo, no momento correto, mas é muito importante.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Obrigado, Ver. Robaina. Realmente, essas entidades, o IAPI, a associação, merecem a nossa atenção. Eu vou conversar com o governo, porque isso precisa vir do governo, a remissão, e nós vamos fazer esse esforço, e todos estão convidados para participar dessa solução. As entidades merecem, e nós vamos fazer isso.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Muito obrigado, Idenir Cecchim, pela compreensão. Os moradores do IAPI e da associação estão aqui conosco, vai ser um tema que nós vamos discutir à parte. Mas, nós da oposição, como os senhores sabem, diante da ausência de uma política que garanta a reposição dos servidores públicos, vamos encaminhar depois, quando o tema for de encaminhamento, contrários à proposta orçamentária, porque ela é uma proposta recessiva. De toda forma, nós vamos discutir, a partir das emendas, a possibilidade de atenuar essa proposta recessiva, sobretudo garantindo a aprovação da Emenda nº 60. A aprovação da Emenda nº 60, logicamente, que mudaria a qualidade da proposta orçamentária, porque ela partiria do reconhecimento da necessidade da valorização de servidores públicos. Se nós não tivermos acordo nesse quesito, logicamente que a peça orçamentária, globalmente, fica prejudicada. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o PLE nº 035/24.
(Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo o requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 604 aposta ao PLE nº 035/24.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Se nenhum vereador vai se inscrever, vamos encerrar os encaminhamentos. A Diretoria Legislativa pede para suspendermos a sessão por alguns minutos, a fim de que possamos montar a orientação de votação para os senhores vereadores. Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 16h26min.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): (16h31min) Estão reabertos os trabalhos.

Vou tentar explicar como vamos proceder. Votaremos primeiro a Emenda nº 604, destacada, ao PLE nº 035/24. Depois votaremos conjuntamente o projeto, as emendas e as subemendas que estão descritas, aprovadas pelo relator e pela CEFOR.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Sr. Presidente, Sr. Diretor Legislativo, esta única emenda destacada, já conversei com o nosso relator-geral do Orçamento e já me comprometi, inclusive, quando o vereador estava na tribuna, de o governo fazer um encaminhamento para solucionar esse problema das associações sobre o IPTU, e nós vamos fazer isso. A emenda essa deverá ser rejeitada para atendermos até a legalidade, eu acho, se posso chamar assim. Eu estava conversando aqui com o Ver. Ramiro também para que o governo encaminhe essa solução, e nós vamos fazer isso. Precisamos rejeitar essa emenda para podermos fazer a origem, lá no Executivo.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): A emenda é do Ver. Ramiro? É da CEFOR, do relator.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): É a Emenda nº 604 ao PLE nº 035/24.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Isso, encaminhamos para que todos rejeitem essa emenda.

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): Presidente, eu acho que nós votamos como está, e, não passando, o governo se compromete a dar essa resposta para a sociedade, e, se passar a emenda, passou.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Não, o Ver. Cecchim disse que tem um acordo de rejeitar a emenda.

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): Não, o governo. O governo tem acordo de rejeitar a emenda, não foi feito com este relator.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Mais algum vereador quer se manifestar sobre a Emenda nº 604 ao PLE nº 035/24? Vereador Oliboni.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Nobre Presidente, Ver. Cecchim, gostaria que V. Exa. acompanhasse aqui a minha intervenção. Tem duas emendas que eu acho de extrema importância, que é uma do CMDCA, que eles tinham uma emenda de R\$ 24 milhões, foi apresentada uma subemenda de R\$ 5 milhões e o governo pediu para retirar o destaque, mas o destaque não deu 12 assinaturas, então, nem entra. Mas que o governo permanecesse com o diálogo, porque são entidades que atendem às crianças, tem uma situação delicada ali, é importante que o governo continue esse diálogo com as entidades. Por um outro lado, tem uma questão muito especial, Cecchim, por isso que eu queria levantar aqui, que é a construção de duas unidades de saúde – do Coinma e do Leopoldina –, que tanto o secretário Sparta, como o Ritter, atualmente, disseram que teria que estar no orçamento. Então, para quem estiver acompanhando a saúde, do Leopoldina e do Coinma, eu conversei com o secretário Schirmer, ele disse que está garantida, no geral do orçamento, a construção das duas unidades, que é uma parcialização com o GHC – Grupo Hospitalar Conceição. Portanto, não está especificado, mas está garantida a construção, até porque as duas unidades estão em licitação neste momento. Obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Tiago Albrecht, relator, está com a palavra.

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): Presidente, apenas para informar ao plenário e à sociedade que este acordo já foi feito por este relator, com o líder do governo, a respeito do CMDCA; foi feito por este relator, a articulação deste relator com o líder do governo, a articulação do líder do governo com o então secretário, hoje, Ver. Cezar Schirmer, e, há pouco, fizemos a articulação com o pessoal lá nas galerias – eu, o Cecchim e o CMDCA – de que, sim, é o possível para aprovar neste momento. Não é o ideal, nós todos reconhecemos esse trabalho importante das instituições, e que ainda este ano, este relator, vereador, vai tentar uma mesa de negociações à verossimilhança da SMED, que gradualmente foi aumentando o seu repasse para as parceirizadas. Então, o Ver. Oliboni pode ficar tranquilo que este vereador já está tratando o caso e vamos dar prosseguimento. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação nominal, solicitada por diversos vereadores, a Emenda nº 604, destacada, ao PLE nº 035/24. (Pausa.)

Vereador Idenir Cecchim (MDB): É para rejeitar a emenda, conforme foi dito, os vereadores que concordam para rejeição.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Sim. Vamos à orientação de votação.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): É votado novamente o dispositivo, então, “sim” aprova a emenda, “não” rejeita a emenda. Não é votado o destaque, é votada novamente a emenda.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Sim, foi pedido a abertura do painel por diversos vereadores. Votando “sim”, aprova a emenda; votando “não”, rejeita a emenda. Como é votação de maioria simples, o Presidente não vota, somente em caso de empate.

(Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 15 votos **SIM**; 12 votos **NÃO**.

Em votação o PLE nº 035/24, com as emendas e as subemendas com parecer favorável da CEFOR e não destacadas. Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Foi declarado o resultado, o senhor quer registrar o voto, vereador?

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Nós levantamos a mão para o “não”.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Como foi votação simbólica, podem os vereadores requererem votação nominal.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL) (Requerimento): Por favor, então. Obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): É isso, não é? (Pausa.) Solicito a abertura do painel para a votação nominal, solicitada pelo Ver. Pedro Ruas, o PLE nº 035/24, com as emendas e subemendas com parecer favorável da CEFOR e não destacadas. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 23 votos **SIM**; 10 votos **NÃO**.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Vamos fazer os registros que são necessários neste final de votação do orçamento. As emendas abaixo relacionadas estão rejeitadas, pois tiveram parecer contrário da CEFOR e não foram destacadas: Emendas nºs 05, 06, 07, 60, 395, 426, 427, 428, 429, 431, 432, 433, 510, 512,

513, 514, 515, 517, 518, 557, 558, 559, 560, 561, 562, 563, 564, 565, 566 e 567; Subemenda nº 4 à Emenda nº 04; Subemendas nºs 01 e 02 à Emenda nº 87; Subemendas nºs 01, 02 e 03 à Emenda nº 95, Subemenda nº 01 à Emenda nº 97; Subemenda nº 01 à Emenda nº 99; Subemenda nº 01 à Emenda nº 101; Subemendas nºs 01, 02 e 03 à Emenda nº 102; Subemenda nº 01 à Emenda nº 103; Subemenda nº 01 à Emenda nº 150; Subemenda nº 01 à Emenda nº 251; Subemenda nº 01 à Emenda nº 390; Subemenda nº 1 à Emenda nº 396; Subemenda nº 04 à Emenda nº 430; Subemenda nº 01 à Emenda nº 453; Subemenda nº 02 à Emenda nº 485; Subemenda nº 01 à Emenda nº 488; Subemenda nº 02 à Emenda nº 570; Subemenda nº 02 à Emenda nº 571; Subemenda nº 02 à Emenda nº 572; Subemenda nº 02 à Emenda nº 573; Subemenda nº 01 à Emenda nº 574 e Subemenda nº 01 à Emenda nº 576.

Foram retiradas de tramitação as Subemendas nº 01 às Emendas nºs 04, 69, 221, 222, 357, 387, 430, 485, 486, 504, 570, 571, 572 e 573; as Subemendas nº 02 às Emendas nºs 04, 357 e 430; e as Subemendas nº 03 às Emendas nºs 04, 69 e 430. Eram esses os registros.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Claudio Janta. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Quinze vereadores presentes. Não há quórum.

(16h46min) Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos às

COMUNICAÇÕES

O Ver. Alvoní Medina está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) A Ver.^a Fernanda Barth está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo da Ver.^a Fernanda Barth.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Presidente Mauro, agradeço à Ver.^a Fernanda Barth pela cedência do espaço. Eu escutei muitas barbaridades aqui ditas pela esquerda, mas, para agilizar o processo de votação, deixei passar, para que depois eu pudesse comentar, até para não contaminar, porque a minha relação, a minha função de relator, é republicana, litúrgica. Eu estava em nome da Casa, principalmente da CEFOR, relatando. Mas é um absurdo o que foi dito nesta tribuna: “Ultraliberal, neoliberal, ‘Margareto’.” Aí, eu olho para o partido da vereadora que falou, tinham um prefeito, em uma capital, com 90% de rejeição! O PSOL, em Belém, foi varrido de Belém, capital do Pará, uma vergonha para a população de Belém, e vem aqui querer dizer que defende não sei o que, que o relator é de estado mínimo, nem sabem o que é estado mínimo para falar, vêm trazer a esta tribuna palavras ao vento. A esquerda precisa acordar, porque foi varrida de Porto Alegre, eu nem precisava estar falando isso aqui, mas a esquerda precisa entender que, mesmo com R\$ 620 mil em uma candidatura, fracassaram, foram varridos

de Porto Alegre. A candidata do PT foi uma vergonha, nem o PSOL apoiava ela direito, houve brigas entre eles, porque era um péssimo nome. E vem aqui querer falar de um partido que tem o melhor IDEB do Brasil? Joinville tem o melhor IDEB do Brasil para cidades acima de 500 mil habitantes, o prefeito Adriano Silva. E vem querer falar do partido Novo, falar em estado mínimo, ultraliberal? O ultraliberal na Argentina fez o peso valorizar 40%, o pai dos pobres fez o real cair na casa de 20%. A democracia é ruidosa, eu acho que todos têm que falar mesmo, mas não podem ficar sem respostas. Aliás, teve vereador aqui que subiu, vereadora, político, esbravejando, e a emenda que está sendo destinada imoralmente para a chefe de gabinete, ninguém vai falar? Ninguém vai falar do destino de emendas para uma instituição que não presta serviço em saúde? Nós avisamos, o Ver. Ramiro fez destaque, agora vai ser assunto para o Tribunal de Contas. Então não falem do partido Novo, não falem da direita. A esquerda foi varrida, pela segunda ou terceira vez consecutiva, desta capital, e a cada eleição aumenta a rejeição à esquerda, porque defende os seus próprios interesses, porque não defende o povo, porque não defende os vulneráveis, defende os seus próprios mandatos e os cargos com emendas dos seus próprios apaniguados.

Para encerrar, Presidente, como líder do Novo, já nos estertores desta legislatura, eu, como líder, digo para Porto Alegre: conte com o Novo, conte com o Novo para seguir trabalhando por um Estado cada vez mais eficiente. Que o pagador de impostos tome cada vez mais as decisões tributárias, e que atraia novos empregos, atraia renda, atraia prosperidade para a cidade. Que olhemos para o exemplo do Novo de Joinville, que tem o melhor IDEB do Brasil, e não para Belém, onde o PSOL foi varrido com 90% de rejeição. E Porto Alegre acordou, esse papinho esquerdista já não cola mais. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (PL): Se eu for pego num amigo secreto, me dê uma gravata, que eu só tenho essa aqui, ultimamente.

Pessoal, vou falar sobre os espigões do Zaffari. O pessoal está preocupado que esse empreendimento do Zaffari, ali, no antigo Parque Tupã, vai desfigurar o Menino Deus. Eles vêm com argumentos de que vai acabar com o fluxo migratório de aves, vai acabar com o arejamento da região, a sombra vai tapar todo o bairro, o trânsito vai, literalmente, parar Porto Alegre, e a enchente vai acabar impactando toda a cidade, ali, por causa do empreendimento do Zaffari, no Parque Tupã, que é aquele terreno ali que fica ao lado do Praia de Belas. A gente sabe que esse argumento é meramente retórico, porque algumas pessoas são contra o desenvolvimento de Porto Alegre e, para tentar cativar as pessoas, ao invés de buscar melhores argumentos, usam jargões simples que trazem medo às pessoas para que elas queiram não se vincular a esse tema, rechaçando aquela situação. Mas, quando nós observamos algumas cidades grandes no mundo, Nova Iorque, a própria São Paulo, capitais mundo afora, Hong Kong, que também não é capital, mas acaba sendo

um centro econômico muito desenvolvido, o que chama a atenção são os prédios altos no horizonte da cidade. E é muito comum, inclusive, alguns comunistas, que recentemente se desfilaram, irem para Nova Iorque tirar foto mostrando os prédios ao fundo. Mas, quando é feito aqui em Porto Alegre, parece que é um crime ambiental, e esse argumento todo dizendo que vai desmatar, que vai literalmente deixar as pessoas numa situação de vida pior. Tem alguns argumentos, recentemente li o livro de Alain Berthod sobre como os mercados moldam as cidades, que falam justamente que esses argumentos sobre sombreamento, sobre ventilação, faziam sentido no passado, porque no passado não se tinha ventilação forçada, não se tinha condicionamento de ar, não se tinha iluminação artificial, mas até hoje esses argumentos vêm sendo utilizados pela esquerda para tentar ir contra os empreendimentos. E vocês se deram conta que eles não estão utilizando o argumento do desmatamento? Porque esse argumento, que é a principal carta que eles puxam do bolso, naquele caso não cabe, porque ali onde fica o Parque Tupã já está plenamente o campo aberto para fazer a construção. Então eles falam sobre fluxo migratório de aves, falam sobre sombreamento, sobre ventilação, mas é só olhar, baixem no computador de vocês o Google Earth e deem uma olhada ao redor, vejam as projeções das sombras dos prédios que já existem hoje na região e vejam, em nada impacta o bairro. Primeiro porque, aqui no hemisfério sul, nós temos sempre o sol ao norte, ou mais ao norte ou menos ao norte, e, se tu fores olhar a projeção de sombra, vai ser sempre para o sul, isso é evidente, óbvio. Então todo o Menino do Deus, vírgula, aquela parte que está ao norte, o empreendimento não tem nem possibilidade física de ter sombra. Primeiro ponto. E além disso, se tu fores olhar o raio sombreado, é muito pouco. “Ah, mas é um absurdo a altura, 130 metros”. Do lado de onde vai ser construído, já tem um prédio de 52 metros, multiplica por 2,3 aquela altura, essa vai ser a altura. Não vai ser da altura dos prédios de Balneário Camboriú, vai ser um prédio com duas vezes a altura do prédio que já está lá. Então se é um crime fazer duas vezes a altura que já está lá, então já devia ser um crime fazer os prédios que estão ali. E aqueles prédios não alteram a paisagem de maneira significativa. Até eu faço um desafio, quem quiser, vá até o Pontal do Estaleiro aqui, eu fiz esse exercício esta semana, e olhe o horizonte da cidade. Dá para ver lá ao fundo aqueles três prédios que já existem. Multiplica por dois a altura daquele prédio, esse vai ser o impacto visual na cidade de Porto Alegre. Então, esse pessoal, que é o mesmo que foi lá e abraçou a orla do Gasômetro na década de 1980, ali em 1988, que culminou com a eleição do Olívio Dutra, é o mesmo pessoal que hoje não quer que seja colocado aquele prédio ali. Mas, vocês perceberam que eles não estão boicotando o Zaffari? Por quê? Toda a ferramenta legítima de boicote poderia ser utilizada para boicotar o Zaffari. Por que eles não estão boicotando o Zaffari, que é o dono do empreendimento? Porque eles são os burgueses de Porto Alegre que compram no Zaffari. Eles não vivem na periferia de Porto Alegre, eles não compram nos mercados de bairro, como eles alegam. Eles justamente querem que tenha o Zaffari ali, mas são contra outras pessoas poderem comprar a casa no empreendimento, poderem comprar a sua residência no empreendimento. Então, a hipocrisia é muito forte. Esse pessoal de esquerda, que é burguês e finge que não é, é contra o empreendimento, mas não é contra a colocação do

hipermercado, porque isso vai valorizar o entorno da casa deles. Ou seja, eles são contra, sim, as pessoas irem morar no bairro que eles já estão, mas eles querem que o bairro que eles estão, sim, se valorize. Então, a hipocrisia que esse pessoal traz...

Falei pouco aqui, mas também acabou acontecendo. Vocês sabem do histórico que fez com que as nossas águas aqui de Porto Alegre ficassem impedidas de ter mineração e dragagem? Iniciou em 1988 com uma manifestação de abraço ao Guaíba, que culminou com a eleição do Olívio em 1989. No final do mandato do Olívio, em 1989, eles acabaram fazendo um programa chamado Pró-Guaíba, que foi culminando, e quem proibiu a mineração no Estado do Rio Grande do Sul foi o Olívio Dutra, quando se elegeu governador, em 1999. Quando estava encerrando o seu mandato, em 2003, ele proibiu que a Fepam desse novas licenças. Então, iniciou o processo de embargos a partir de 1989, em 2003 proibiu e, desde 2003 até agora, não temos mais dragagem. O que aconteceu? Uma enchente, cuja água, porque não tem a questão do volume suficiente para fazer a ocupação do espaço, acabou extravasando para os lados. Ou seja, aquele movimento muito feliz, muito bonito, que tentava fazer a salvação do Guaíba, teve uma parcela de contribuição no escoamento das águas pelo Guaíba, o que acabou atingindo mais pessoas do que atingiria naturalmente.

Então, esse mesmo pessoal que é contra o Zaffari, mas não faz boicote porque quer o Zaffari para valorizar o seu terreno, é o mesmo pessoal que lá em 1988 fez aquela mobilização. Acho que já passei um pouco do tempo, mas foi porque o Presidente não marcou no início. Agradeço a todos e estamos juntos.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Registro a presença da vereadora eleita Natasha, do Partido dos Trabalhadores. Seja sempre bem-vinda. Até 1º de janeiro é nossa visitante.

A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra em Comunicações.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PL): Presidente Mauro, colegas, dia em que estamos discutindo e votando a Lei Orçamentária Anual, é importante a gente ter a coerência e o entendimento do que acontece no Brasil, como um todo. E preparem-se, porque a montanha-russa do câmbio continua sua jornada épica. Depois de disparar o valor mais alto da história na semana passada, o dólar decidiu que não estava satisfeito e, nesta segunda-feira, dia 2, resolveu se valorizar ainda mais. Às 15h, enquanto estávamos aqui discutindo, nossa querida moeda americana tinha uma alta de 1,33%, marcando um glorioso R\$ 6,05. E claro, quem não ficaria animado ao ver que, na máxima do dia, ela chegou a R\$ 6,09. Bravo, dólar, bravo! Agora, por quê, perguntarão alguns. Esse verdadeiro espetáculo de volatilidade é simples. No mercado, o pessimismo reina absoluto. O pacote fiscal do governo federal é visto como um conto de fadas, que só existe na imaginação de quem ainda acredita em milagres. E a trajetória da nossa amada dívida pública como fica? Ah, esses senhores são uma piada por si só.

Mas como se não bastasse, temos ainda a cereja do bolo. A notícia de que o Executivo federal decidiu cortar em R\$ 1,7 bilhão o orçamento deste ano. Genial. O pai

dos pobres gosta mesmo é de pobres, para que fiquem sempre pobres. Além disso, o Rio Grande do Sul, famoso por seu orgulho e coragem, agora se vê à mercê de mais uma ironia do pai “Lule”, o pai que ama manter as pessoas mais pobres. O último relatório do governo revelou uma redução de R\$ 5 bilhões

dos créditos extraordinários para ajudar o Estado a se recuperar dos alagamentos. E aí eu vejo vereadores virem dizer aqui nesta tribuna da polaridade esquerda e direita. Sim, temos que falar da polaridade, porque a polaridade da esquerda tira o dinheiro de Porto Alegre. Não podemos negar isso, e temos, sim, que ter lado, o lado de quem aporta dinheiro no Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, ou daquele que não quer nosso Rio Grande do Sul melhor, como sempre. A justificativa do Ministério do Planejamento, da Simone Tebet, foi que o dinheiro não foi usado no tempo necessário e perdeu a eficácia. Fala sério, cara pálida! Como não foi usado no momento necessário? As nossas estradas estão destruídas. Porto Alegre, no 4º Distrito, Ver. Ramiro, precisa de incentivo fiscal, precisa de dinheiro para ser reconstruído. Como que já passou o momento? Só quem não vive aqui, com o pé no chão, é que não sabe que ainda o Rio Grande do Sul e Porto Alegre precisam de dinheiro, precisam de orçamento para se reconstruírem, porque até agora é o governo municipal, é o governo estadual, é o povo pelo povo fazendo o que precisa. Estar à esquerda e à direita, sim, é necessário para mostrarmos a forma de atuação de governos que pensam em gastar, em gastar, em gastar; e governos de direita, que pensam em redução do Estado, como um Leviatã, que mexe no bolso de cada contribuinte. Por isso, o governo federal precisa, urgentemente, parar de brincar de números mágicos e reconhecer o Rio Grande do Sul, que precisa, sim, ser reconstruído. Chega de promessas vazias, afinal, as águas baixaram, mas a vergonha de ser tratado como amador na política do País ainda permanece. Sigamos todos com o otimismo, afinal, nada como um dólar alto, uma economia em crise para começar bem a semana, dinheiro que não vem para os créditos, para os empreendedores, e que venha o recorde histórico de fechamento, que já se avizinha como a próxima grande atração desse desgoverno. Esquerdista não entende nada de economia, realmente. Bora lá, tchê!

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Passa. A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Passa.

Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 17h07min.)

(Os pronunciamentos desta sessão não foram revisados pelas oradoras e pelos oradores.)

* * * * *